



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

JOÃO DE DEUS LIMA DE OLIVEIRA

**PODER E AUTORIDADE EM FAMÍLIAS DE PRÉ-ADOLESCENTES**

Rio de janeiro  
2007

JOÃO DE DEUS LIMA DE OLIVEIRA

**PODER E AUTORIDADE EM FAMÍLIAS DE PRÉ-ADOLESCENTES**

Monografia de conclusão do Curso de Serviço Social apresentada à  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção de título.

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Rosemere Santos Maia

Rio de Janeiro  
2007

Dedico este trabalho a todos os professores do curso de Serviço Social, pois cada um teve participação nesta minha longa caminhada, às vezes cansado e, principalmente a Rosemere, que no decorrer deste caminho tornou muito especial com todo seu carinho, paciência e dedicação, ensinando-me a realizar todos os objetivos propostos, mostrando-me que eu era capaz e me auxiliando no conhecimento de várias práticas educativas, porque cada um de nós tem a nossa importância como ser humano: no amor, na educação e na formação da cidadania.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me deu muita força na realização desta monografia, pois só ele conhece as nossas necessidades, nossos sonhos e as nossas fraquezas.

À minha orientadora, professora Rosemere, que sempre se mostrou atenciosa e dedicada, mostrando-me que não há vitória sem luta.

Aos professores que participam da banca de apresentação desta monografia, revelando-me a plenitude e respeito de educar.

Aos meus pais pela minha existência e ter-me dado força até onde foi possível na minha formação como cidadão.

À minha esposa, minha filha, meu filho e minha sobrinha, pelo apoio e ajuda nas horas em que mais precisei, compreendendo minha falta de tempo e o meu cansaço.

Aos meus parentes e amigos que embora não participaram diretamente do meu trabalho, mas sempre compreenderam a minha ausência nos momentos em que me foi solicitado.

Senhor, é tão bom ter um filho, no entanto, é tão difícil criá-lo...Ajuda-me a acertar. Senhor faça com que eu compreenda em todas as situações, que eu seja paciente com todas as atitudes. Que eu seja justo em todas as decisões, censurar se for preciso, mas partilhar de todas as suas alegrias, que eu possa diminuir e suavizar sua tristeza, que esqueça suas faltas e que sua linguagem seja fácil; que eu aceite suas deficiências e que ele tenha certeza do meu apoio, do meu amor...Por favor, faça com que, comigo, ele seja sempre feliz e que, mais tarde, eu possa dizer: Obrigado Senhor, eu acertei! (Curso Impactual, 2002)

Aos pais e responsáveis.

## **RESUMO**

O presente trabalho (TCC) apresenta algumas reflexões resultantes de uma investigação junto a famílias, de classes popular e média, com o objetivo de analisar o comportamento dos pré-adolescentes e as relações de poder e autoridade estabelecidas no contexto familiar. Pretendemos assim, compreender como os pais conseguem educar seus filhos diante de uma diversidade de informações, e tendo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) um instrumento de proteção à criança – ainda ele seja por muitos pais considerado como uma “ameaça” à sua autoridade, denotando o desconhecimento sobre a importância do ECA no que se refere à garantia de direitos destes segmentos sociais, sobretudo numa sociedade onde se torna cada vez mais evidente a presença da violência, das drogas e do consumismo, bem como mudanças extraordinárias no que se refere aos arranjos familiares. O que se constata é que as famílias, mais e mais, sentem dificuldades para lidar com os limites e, em alguns casos a permissividade é usada como resolução de impasses entre pais e filhos.

**Palavras – Chave: Pré-adolescentes – família –poder- autoridade.**

O presente trabalho discute a temática do poder e autoridade de pais ou responsáveis, em relação aos pré-adolescentes (criança de 08-12 anos idade) no contexto familiar. Buscamos, assim, possibilitar reflexões e em certa medida suscitar discussões sobre a forma como esta categoria social vem ganhando visibilidade e importância social, sendo seus membros reconhecidos como cidadãos de direitos.

Visamos, igualmente, entender como pais ou responsáveis se posicionam diante de desafios surgidos no contexto intrafamiliar como a negociação de regras, a imposição de limites, os conflitos geracionais, a influência exercida sobre os pré-adolescentes por parte de outras instâncias institucionais, ou mesmo outros grupos de referência.

Não há, deste modo, como desconsiderarmos o fato de que, no mundo contemporâneo, a educação não pode ser pensada sem que se considere a transformação desencadeada pela velocidade da informação, bem como as variadas formas de violência que tem caracterizado a sociedade contemporânea, deixando marcas, por vezes indeléveis, nas crianças e suas famílias.

Pretendemos, assim, criar um cenário de discussão capaz de permitir reflexões e levantar questões acerca das problemáticas que fazem parte do cotidiano do pré-adolescente no âmbito intrafamiliar, bem como nos contextos sócio-político econômico e cultural, reconhecendo o papel da família e a influência dos grupos de referência, bem como de instituições como a mídia e a escola.

O interesse em pesquisar sobre este tema decorreu da observação de comportamentos de pré-adolescentes, sobretudo a partir da experiência no campo de

estágio do Oratório Festivo Dom Bosco de Rocha Miranda-RJ, onde pudemos lidar com este segmento etário.

Para os profissionais de Serviço Social, o olhar sobre os pré-adolescentes pode permitir a compreensão de suas especificidades e demandas, de modo a contribuir para a implementação de políticas públicas destinadas ao segmento infanto-juvenil, compreendendo seus atores como sujeitos ativos na construção da agenda social e política. Portanto, o mundo da infância deve ser percebido por todos como uma fase da vida de suma importância na formação da identidade social do indivíduo como cidadão.

Para tanto, faz-se necessária uma breve problematização sobre a infância e sobre a adolescência, dada a ambigüidade e, de certo modo, a imprecisão que permeiam a própria “conceituação” de pré-adolescentes.

Para realizar este trabalho, foi utilizada a pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo na entrevista semi-estruturada o principal instrumental. Esta forma de entrevista pode-se considerar a mais adequada para um processo de trabalho que coloca como fundamental, a importância da comunicação com o usuário através do diálogo e da escuta, conforme KISNERMAN (1978, apud SILVA 1995, p.55).

Entrevistamos doze crianças, na faixa etária entre oito a doze anos de idade, bem como doze pais ou responsáveis oriundos de famílias de classes popular e média da relação próxima de convivência, moradores da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O roteiro utilizado permite o aprofundamento/ reflexão acerca de questões que versam sobre as transformações observadas, contemporaneamente, na instituição familiar, a dificuldade de educar os filhos, a influência da mídia e da internet no interior



das famílias, o esgarçamento das relações de poder e autoridade estabelecidas entre pais e filhos, os grupos identitários, etc.

O primeiro capítulo discorre sobre o contexto familiar; fazendo uma breve análise sobre a família contemporânea, tratando dos diversos grupos e arranjos familiares face às transformações societárias (de ordens econômica, social, cultural, política, etc), referidas tanto à realidade brasileira, quando determinadas por processos globais/mundiais.

O segundo capítulo analisa as categorias: criança, adolescência, juventude e a constituição da pré-adolescência como categoria social, enfocando a questão do consumo, da importância social como sujeitos de direito na perspectiva da construção de sua cidadania. Faz também uma breve reflexão sobre o papel da escola e de sua relação com a família.

O terceiro capítulo trata da questão do poder e autoridade no interior das famílias de pré-adolescentes, suscitando questões sobre a mídia e a internet e de sua influência no âmbito familiar.

A partir do início do século XVIII, constata-se uma transformação da família, em função da polarização da vida social e de seu retraimento para a esfera privada. Com isto, surge um novo sentimento em relação à infância, onde a família se reorganiza em torno da criança, destinando-lhe maior cuidado e proteção.(SZYMANSKI, 1995, p.23)

No século XVIII, a escola surge enquanto instituição responsável pela substituição da aprendizagem informal pela formal. A extensão progressiva do período de aprendizado escolar passa a dar consistência e visibilidade à etapa intermediária entre infância e idade adulta. Sem dúvida alguma, a escola passa a ter papel fundamental na separação da criança do universo adulto.

A igreja, por sua vez, também demonstra preocupações no sentido de manter as crianças junto aos pais, estimulando, assim, o surgimento de um “sentimento de família” Szymanski (1995, p.24), sentimento este que não caracterizara as sociedades medievais, onde não havia separação entre o mundo infantil e o mundo adulto, o que levava a uma realidade onde o desenvolvimento social do indivíduo fazia-se sem grandes rupturas. Mal alcançava desembaraço físico, a criança era misturada ao adulto, partilhando de seu trabalho e jogos. Assim, a família não era o núcleo básico de sociabilidade, sendo as trocas afetivas realizadas no espaço coletivo.

Neste contexto, a organização das famílias torna-se pautada num modelo hierárquico, afastando o homem da esfera doméstica, atribuindo à mulher o papel de educadora no lar, sendo as desigualdades em relação aos direitos e deveres entre homens e mulheres aceitas e legitimadas culturalmente. Assim sendo, a família passa a assumir uma estrutura hierarquizada que convive sob uma relação afetiva

estabelecendo cuidado entre os adultos e, deles com as crianças e idosos. (SZYMANSKI, 1995, p.26)

Neste sentido, à mulher é imputado o papel de boa mãe, aquela que educa os filhos na ausência do marido, empenhada em manter um ambiente familiar acolhedor.

Szymanski (1995) se reporta às famílias da época “medieval”, entendendo que as mesmas tinham seus filhos afastados do poder dos pais por viverem em situação de escravidão onde os mesmos permaneciam privados de liberdade de ir e vir. “. Ressalta, na sua análise, a conclusão de que a história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea: consiste, isto sim em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e suas próprias explicações”.(POSTER, 1981 p.100, apud SZYMANSKI, 1995 p.24).

Conforme Maturana (apud. SZYMANSKI, 1995, p.24), as famílias, os valores, as crenças e as normas perderam suas origens conforme a extensão da vida familiar, abrangendo quase toda sociedade onde “aceitaram como verdade estabelecida” uma relação hierárquica, subordinada e de obediência com foco na autoridade masculina e com relações de desigualdade estabelecendo “um mundo externo como espaço masculino e a casa, como espaço feminino”, ou seja, as famílias eram estruturadas a partir de condutas definindo aos garotos atividades fora do lar e para as meninas atividades domésticas.(SZYMANSKI, 1995 p.24)

Ainda na opinião de SZYMANSKI (1995), a partir de meados do século XX, mudanças representativas decorrentes, sobretudo, do processo de emancipação das mulheres e de sua inserção no mercado de trabalho, obrigam as famílias a se reorganizar tanto em

forma, quanto em conteúdo, embora a família nuclear burguesa ainda permaneça, para muitos, como modelo.

Diante do contexto estabelecido como exemplo de família, (Gomes 1988, apud SZYMANSKI, 1995, p.25) explica que aquelas famílias que não fazem parte desse modelo são consideradas desestruturadas. Estas são culpabilizadas por desvio de conduta e “fracasso escolar” dos seus filhos.

Para reforçar a teoria de Gomes (1988), na pesquisa de campo feita com doze pais ou responsáveis, alguns dizem que quando os pais não acompanham a rotina dos filhos diariamente, são culpados pelo fracasso dos filhos em geral. Outros acham que deve ser mostrado aos filhos o que é certo e o que é errado, mas acreditam que, o que conta muito é a personalidade de cada um para o seu sucesso ou fracasso.

A mãe S entrevistada diz: “Às vezes encontra-se irmãos com a mesma criação, e um deles é mau caráter. É complicado, os pais têm uma grande interferência, mas a personalidade e caráter do filho influem muito. Não acredito que o ser humano seria um resultado do meio”.

Deduz-se que o discurso das instituições e a influência do mundo externo servem de implicações para a forma correta de viver em família. Esta, não conseguindo acompanhar o modelo de família nuclear burguesa é discriminada e inferiorizada na visão da sociedade.

Há hoje, uma abertura maior e uma tolerância em relação a isso, já que a realidade tem demonstrado a flexibilidade de outras alternativas de rearranjos familiares, não deixando de existir o modelo nuclear burguês.

O baixo desenvolvimento econômico do país, com elevada concentração de renda e baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, provocaram uma enorme dívida social no país, levando muitas famílias a um quadro crescente de pobreza. Com isso, é redefinido o papel da família a partir dos novos padrões de organização.

Segundo (SZYMANSKI, 2002, p.03), a partir da segunda metade do século XX, o Brasil passa por um processo de modernização marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, desencadeando mudanças na estrutura familiar, mudanças estas que também se definem em função de questões de ordem cultural e política. O êxodo rural, o uso de métodos contraceptivos, o crescimento das metrópoles e a participação das mulheres no mercado de trabalho e o processo de emancipação feminina contribuíram para uma nova configuração das famílias brasileiras. Conforme aponta SZYMANSKI (2002).

“... nove tipos de composição familiar que podem ser consideradas família; 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos, ou seja, pai, mãe e filhos; 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações, como pai, mãe, filhos, netos, bisnetos; 3) famílias adotivas temporárias; 4) famílias adotivas” que podem ser bi-raciais ou multiculturais; 5) casais sem filhos; famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe que assumem a criação dos filhos e a manutenção da casa; 7) casais homossexuais com ou sem crianças; 8) famílias reconstituídas depois do divórcio; 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mais com forte compromisso mútuo”. (SZYMANSKI, 2002, apud, NASCIMENTO E SANTO, 2005, p.03)

Na pesquisa empírica realizada, entre doze famílias entrevistadas, identificamos dez como correspondentes ao modelo nuclear burguês, bem como a presença da mulher na educação do lar, muito embora, nos tempos modernos, exista, mesmo que

de forma restrita, a participação do homem na divisão das tarefas de educação dos filhos.

No contexto da contemporaneidade, essas famílias se apresentam com novas formas de configuração, dada as necessidades econômicas, sociais e pessoais de cada grupo familiar construído segundo suas especificidades e levando-o a um constante processo de reorganização de suas estratégias de relações intrafamiliares, interferindo, inclusive, na forma como vivenciam o poder e autoridade no contexto doméstico.

Para as famílias entrevistadas, o diálogo, a participação interativa de toda família e a combinação entre os cônjuges são importantes para se encontrar um consenso intrafamiliar.

Conforme apontam ALMEIDA e CARVALHO (2003), as transformações nas famílias são um fenômeno universal, pois, é comum a todos os países, provocadas por fatores econômicos, sociais como urbanização; inclusão da mulher no mercado de trabalho etc; ou fatores demográficos como a queda das taxas de fecundidade.

Os autores, ao se reportarem sobre as estruturas familiares, afirmam que os aspectos culturais, ideológicos e políticos são elementos fundamentais para a afirmação da questão de gênero no mundo ocidental, “que vão da afirmação do feminismo no Ocidente à reafirmação do integrismo fundamentalista no mundo árabe”. (ALMEIDA e CARVALHO, 2003, p. 110)

Na opinião de BURKE e SEGALEN 2000, (apud ALMEIDA E CARVALHO. 2003 P.110), as mudanças estruturais dos diversos modelos de famílias são um fenômeno recente, considerando que o modelo de família nuclear hoje não passa de uma

modernidade que não representa valor algum, o qual alcançou seu auge na década de 50 durante o período pós-guerra. Assim sendo, as alterações das estruturas das famílias no mundo ocidental podem estar retornando “ao estado complexo e diverso em que de fato a família passou a maior parte do milênio”.

Uma breve análise da família contemporânea feita por Burke (apud ALMEIDA e CARVALHO, 2003, p 110), remete ao entendimento de que existem dois grandes riscos de mudança aparente na composição das famílias quando se leva em consideração a “abordagem do domicílio”: um é o que a partir do momento em que os filhos vão crescendo, os mesmos vão abandonando os núcleos familiares iniciais e constituindo outros núcleos gerando, condições de sobrevivência fragilizadas pelo baixo poder aquisitivo e diminuição dos postos de trabalho.

O segundo risco refere-se à análise dos grupos familiares constituídos a partir de uma lógica difusa na sua forma de organização, não apenas como unidade residencial, mas enquanto um grupo movido pelos interesses econômicos e jurídicos. E com maior importância, uma comunidade com bases sustentadas através de valores morais e envolvimento emocional.

Com isso, essas unidades familiares “econômica, emocional, residencial e outras podem não coincidir” em seus interesses, conclui BURKE (apud, ALMEIDA e CARVALHO, 2003, p.110).

Segundo Sarti (1995 p.47), a família a partir do seu cotidiano é uma sociedade moderna baseada no princípio da igualdade, mas profundamente desigual em sua base econômica e social, visto que com a criminalização da pobreza, a pauperização do trabalho e a elevada concentração de renda, obrigam as famílias, em especiais mais

pobres, a permanecerem convivendo com o quadro degradante de pobreza, sem contudo terem perspectivas de mudança, logo a única forma de mudar seria através do trabalho e este é cada dia mais precarizado.

As famílias subordinadas à pobreza no contexto social do mundo de hoje vivem uma extraordinária necessidade de mudança rápida nas relações internas e externas nos dias atuais, sobretudo em sua totalidade. As pressões sociais obrigam as famílias a acompanharem a evolução da tecnologia, tanto no ambiente interno de família, como no âmbito externo, levando-as a mostrarem à sociedade o seu universo de relações com o mundo externo, e principalmente revelando as mudanças que atingem o universo das relações sociais. Segundo LÉVI-STRAUSS (apud SARTI, 1995, p.41), “a família entra definitivamente no terreno da cultura. Para ele, o fundamento da família não está na natureza biológica do homem, mas na sua natureza social”.

Para Sarti (1995, p.47), no universo cultural das famílias, as formulações de projetos individuais pressupõem condições sociais de educação e valores sociais na busca de serem modernos, ou seja, de usufruírem a possibilidade, oferecida pela época atual, de conceber e realizar projetos individuais que, ao serem formulados e perseguidos, se deparam com o insucesso.

Os projetos são organizados segundo a tradição caracterizada pelos hábitos e padrões culturais que normalmente vão de encontro com os novos modelos, os quais são pautados nos interesses capitalistas, ou seja, as famílias traçam um projeto de vida pautado nos ideais culturais. Ao se depararem com as dificuldades econômicas e



sociais, os seus planos são fracassados permanecendo, portanto, alimentadas pela esperança.

Levando em consideração os aspectos sócio-econômicos, hoje as famílias são objeto de constante transformação, sendo passíveis de serem entendidas à luz de diferentes padrões sócio-econômicos, culturais, políticas, e analisadas segundo uma multiplicidade de teorias.

Dumon (1992) e Figueira (1986) (Apud Brito (2005), fazem refletir sobre os novos arranjos de famílias referenciados que não podem ser considerados imutáveis.

Analisando a realidade socioeconômica da família brasileira diante do debate da lógica prática e simbólica, é criado um mundo difuso onde a família entra definitivamente no terreno da cultura no qual o fundamento da natureza biológica do homem é muito questionado a partir do campo de visão cultural e de natureza social.

“Interessante contribuição oferece Dumon (1992), quando informa que, no âmbito da sociologia, nos anos 80, foram realizados estudos para se averiguar o que estava sendo denominado de “novos pais”. Conclui-se que estes eram um produto direto das mudanças iniciadas na década 70, que contribuíram para a visão de parcerias entre os cônjuges, quando a família passou a ser classificada como “simétrica”. Também em Figueira (1986) encontra-se referência a respeito das diferenças entre a unidade familiar da década de 50, reconhecida como hierárquica, e a família da década de 80, vista pelo autor como “igualitária”. No entanto, esses modelos familiares não podem ser encontrados como estanques, absolutos em cada época e lugar, na medida em que se observa com frequência a coexistência do hierárquico e do igualitário, ou ainda a oscilação de um pólo a outro, dependendo da situação enfrentada.” (BRITO, 2005 pg.51)

Ao problematizar sobre a questão de “novos pais” mencionado por BRITO, 2005, trata-se da nova família constituída de pessoas na qualidade de orientadoras, trazendo

para o seu universo cultural novos procedimentos que diante de uma nova exigência sócio-política e econômica adaptam-se a formas alternativas de educação que vão desde ter que deixar seus filhos sozinhos em casa, a pagar uma pessoa para olhá-los, ou colocá-los em creches. Assim sendo, a exploração do capital atinge tanto as condições de saúde, de habitação, como também a degradação moral e intelectual do trabalhador. O seu tempo livre é reduzido, sendo absorvido pelo capital nas horas extras, no trabalho precário, e assim provocando novas possibilidades de vivência familiar.

Entender esse contexto social político e econômico no momento de crise social contribui para uma melhor compreensão dos modelos de famílias estabelecidos segundo as estratégias de sobrevivência.

Portanto, admite-se que, de um ponto de vista ou de outro, a família como instituição social vem perdendo valores tradicionais e adquirindo formas diversificadas na sua configuração.

Analisando as condições de reprodução social dos trabalhadores brasileiros com base na estrutura familiar, Carvalho e Almeida escrevem:

"A presença de mulheres no mercado de trabalho passou a ser crescente, assim como a difusão e a utilização de práticas anticoncepcionais e a fragilização dos laços matrimoniais, com o aumento das separações, dos divórcios e de novos acordos sexuais".(ALMEIDA e CARVALHO, 2003, p.112)

A fragmentação dos laços matrimonial tem contribuído para a crescente mudança da organização das famílias contribuindo de forma significativa para o declínio

da família conjugal tradicional dando origem a novos arranjos com diferentes características e vários dissensos. Conforme famílias entrevistadas: S (separada, possui um filho); S e A (vivem juntos e possuem uma filha e L (mãe solteira possui quatro filhos)).

## **CAPÍTULO II- INFÂNCIA/ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE ENQUANTO CATEGORIAS SOCIAIS.**

No período pré-industrial, a infância não estava separada do mundo adulto e não existia a adolescência como é entendida hoje.

As crianças de sete e oito anos de idade eram mandadas para outros lares para atuarem como aprendizes. O sistema escolar não tinha grande desenvolvimento e nem as classes de idade eram homogêneas. A classe juvenil poderia abranger pessoas de 06 aos 40 anos de idade. (ARIÈS, 1981, apud SOUZA, 2004, p.50)

Ainda para ARIÈS (1981), através dos humanistas e religiosos a partir do século XV surgem as primeiras teorias que distinguem a infância da juventude e da vida adulta.

Souza, 2004, cita a obra de Rousseau produzida no século XIX sobre infância e adolescência que posteriormente será utilizada como matriz para a juventude e define a adolescência como um “segundo nascimento” (ROSSEAU, apud SOUZA, 2004, p.50), uma fase da vida agitada que deve ser vigiada.

Ainda na opinião de ROSSEAU, a adolescência é uma fase “turbulenta”, caracterizada pelo “excesso de paixão irracional” que deveria ser acompanhada. Percebê-la de “forma homogênea”, é desconsiderar o “histórico-cultural” dos sujeitos desse segmento, conforme explicam LEVI e SCHMITT (apud SOUZA, 2004, p.50).

Segundo Alves, (2006 p.07), a partir do século XIX a infância pobre era definida como alvo de representação de uma política de inclusão social, justificando-se o aparato jurídico do Estado por participar do projeto político econômico do capitalismo.

A criança veio a ganhar visibilidade a partir de meados do século XIX, adquirindo valorização dos aspectos psicológicos. Esta intenção se caracteriza com a preocupação do Estado com o futuro cidadão, através de medidas higienistas promovidas pelo capitalismo industrial.

No Brasil, essas idéias emergem no campo do saber científico e político em meados do século XIX, e se consolidam no século XX. Os estudos da infância se expressam na aliança entre a medicina e o direito.

Esta aliança mencionada por ALVES (2006, p.07), marcou duas representações do mundo infantil: uma bem íntima à família burguesa, educando e preparando a criança para o futuro; outra, a criança pobre, desvalida, sem família ou com família desestruturada, com um futuro duvidoso que recebe entre outras a denominação de “criança carente” e menor. Estas noções produzirão, a partir do projeto com apoio filantrópico uma proteção à infância em perigo a qual terá como desdobramentos uma representação das práticas de um ideário salvacionista e de cunho assistencialista.

Neste sentido, cabe analisar que a preocupação com a política de atendimento voltada à infância sempre teve como foco a criança pobre. Aos poucos o Estado foi assumindo o controle e a responsabilidade sobre as crianças, principalmente as pobres, favorecendo sua educação e culpabilizando a família que não se mostrasse capaz de cuidar dignamente de seus filhos como futuros cidadãos. Assim sendo, a criança pobre foi transformada em objeto de intervenção pelo Estado na área da educação, cuidado e controle.

“(...) a violência estatal perpetrada em relação à criança e ao adolescente verifica-se na atuação das três atividades básicas do Estado, ou seja, a

atividade legislativa, a atividade judiciária e a atividade executiva”.(PAULA, 1989, p.145, apud ROURE, 1993, p.72)

Esta violência estatal é incorporada na trajetória de leis, a exemplo do observado no primeiro Código de Menores. A doutrina de proteção integral surge bem recentemente.

Para JÚNIOR, (1992) a violência na história da criança brasileira foi socialmente construída por um marco de diferenciação entre classes sociais em um contexto estigmatizando a criança desprotegida com o rótulo de “menor”.

Uma linguagem culturalmente construída no mundo da infância a partir das expressões denominadas “pivete”, ou “trombadinha”, investidos de personalidade desajustada e marginalizada, principalmente ao considerar crianças de famílias de baixa renda, tendo sido banalizadas ao longo do século.

Na opinião de RAURE (1993, p.72), um marco da legislação foi a promulgação da lei 6.697/79 – “Código de Menores”. Crianças e adolescentes das classes populares eram considerados “menores” carecendo da intervenção do Estado quando estes se encontrassem em “situação irregular”. Nesta lei desconsiderava-se a problemática da marginalização de crianças e adolescentes das classes populares inserida na questão socioeconômica, consequência sustentada em estrutura desigual.

Ao considerar o papel do Estado na esfera do Legislativo, Executivo e Judiciário, JÚNIOR(1992) constata a existência de uma legislação preocupada com a disciplina e a assistência controlada especificamente voltada para uma parcela da infância pauperizada em situação de abandono e delinquência.

O “Código de Menores” vigorou até 1990 e titulava a família como a principal responsável pela condição de marginalização dos filhos. Assim, os pais eram responsabilizados pelo estado de “irregularidade” dos filhos. E assim as medidas punitivas e coercitivas da lei aplicavam-se aos pais e oscilaram desde a advertência até a perda do pátrio-poder dos filhos. Desta forma, o Estado excluía-se de questões fundamentais, como o de elaboração e execução de políticas públicas.

Na última década do século XX, com as transformações políticas e os novos arranjos sociais, essa infância como objeto de intervenção do Estado passa para um novo status e proteção integral.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o novo ordenamento possibilita um debate sobre a dimensão legal da infância como detentora de direitos. Ou seja, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, extinguindo, do texto da lei, a antiga denominação de “menor”.

“Portanto, o Estatuto deve ser entendido como um instrumento de defesa de direitos humanos aplicados às especificidades da população infantil e juvenil. Falta-nos implementar as diretrizes apontadas na lei como um dos caminhos que conduzem à idéia de cidadania, dignidade e igualdade. É preciso determinação política para efetivamente superarmos a cultura da exclusão, da segregação e planejar um Brasil mais equitativo e justo”. ([www.puc-rio.br/editorapuc/ri/autores/autores\\_entrevistas\\_Irene\\_Rizzini.html](http://www.puc-rio.br/editorapuc/ri/autores/autores_entrevistas_Irene_Rizzini.html).)

A implementação do ECA ,é uma perspectiva rumo a uma prática de cidadania universal efetiva junto ao público infanto- juvenil.

“O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislação resultante desta luta, avança profundamente a compreensão sobre a criança e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de

idade, quando então se atinge a maioridade legal: tornou-se uma ampla referência para a sociedade, desencadeando uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos". (FREITAS, 2005 p.07).

A pesquisa de campo aponta que, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na opinião dos pais, trouxe grande contribuição para pais ou responsáveis e às crianças no sentido de protegê-las contra a violência e maus-tratos. Também reconhecem que o Estatuto tem falhas, pois com o emprego do mesmo na sociedade, os pais perderam um pouco da autoridade sobre os filhos, logo o Estatuto da Criança e do Adolescente é visto por alguns pais como um instrumento de ameaça para os pais ou responsáveis no exercício da autoridade e poder com os filhos. Logo, para muitos pais, alguns atos de violência não são entendidos enquanto tal, mas como formas de disciplinamento e punição dos filhos. Acham isto parte do processo educativo e legítimo, já que entendidos como exercício legítimo de poder e autoridade.

Na visão da maioria dos pré-adolescentes entrevistados, eles estão protegidos sob qualquer ação dos pais, até contra a agressão, se for o caso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê também o esforço do Estado, sociedade civil e família numa reflexão sobre a especificidade da infância e adolescência.



## **II. 1- O SURGIMENTO DE UMA NOVA CATEGORIA SOCIAL: PRÉ-ADOLESCENTES.**

No contexto contemporâneo, constata-se o destaque de um novo segmento etário, os pré-adolescentes, situados numa faixa intermediária entre a infância e a adolescência que abrange, aproximadamente a população entre 08 a 12 anos. Neste momento, estes sujeitos se deparam com inúmeras descobertas, como a sexualidade, a inclusão no mercado de consumo e principalmente a construção de sua identidade onde os amigos e os “pares” tornam-se referência e assumem importância fundamental nas relações interpessoais.

A reportagem da Revista O Globo, ano 2 nº97 de 4 de Junho de 2006, sobre os "TWEENS"<sup>1</sup>(geração de 08 a 12 anos), revela condição singular da pré-adolescência como uma etapa da vida plena de ambigüidades, já que a adolescência significa para eles a busca por autonomia, ainda que restrita, por serem em determinadas ocasiões, consumidores sem poder de compra, já que dependem dos pais para bancar financeiramente despesas de consumo.

As ambigüidades não se referem somente ao consumo e ao poder de compra, mas também ao fato de, por vezes, portarem-se como crianças e serem tratados como tal, outras vezes desejarem portar-se como jovens, não querendo mais se submeter às regras e aos olhares vigilantes e controladores dos pais, como se fossem adultos na perspectiva da construção de suas identidades.

---

<sup>1</sup>TWEENS-uma brincadeira dos americanos com a fusão das palavras teen (adolescente) e between (entre).

"De fato, pode-se constatar um painel multifacetado de explicações sobre a natureza, gênese e função da adolescência e juventude. Cronologicamente, a adolescência constitui o período imediatamente anterior à juventude, constitui também um período de interface com a infância. Entretanto, no campo dos sentidos, a adolescência pode ser desprendida do orgânico, através de uma maior ênfase no tipo de experiência que a caracteriza do que propriamente no significativo biológico /cronológico. Torna-se possível, por exemplo, falar de um prolongamento da juventude metaforizada nas expressões... Falar em adolescência implica, de certo modo, uma referência ao biológico, mas parece-nos que na experiência atual refere-se, sobretudo, ao campo dos sentidos dessa experiência contemporânea, de um certo modo subjetivar-se. É um fato que no mundo moderno esta fase alcançou um status de realidade: uma experiência a ser vivida por cada sujeito sem que este possa evitá-la ou manter-se nela pelo tempo que desejar."(LIRA, 2002, p.11).

Uma coisa fundamental é o olhar da sociedade sobre a infância como período criativo do ser humano que conduz esse ser social rumo a uma relação de respeito mútuo numa convivência social.

Entender o pensamento da criança é muitas vezes, compreender entre outras coisas, o mundo que a cerca, interpretando a sua natureza, a sua gênese e função social.

Na visão de ABRAMO (1994 p.01), a categoria infanto-juvenil na qual está inserida a pré-adolescência, refere-se a uma faixa etária onde marca um período da vida no qual se completa o "desenvolvimento físico do indivíduo e uma série de mudanças psicológicas e sociais".Tais mudanças ocorrem quando o indivíduo

abandona a infância e ingressa na fase adulta. Portanto, a noção de juventude é perfeitamente variável de sociedade para sociedade, devendo ser igualmente situada temporalmente. Neste sentido, esta categoria adquire visibilidade social segundo sua formação no interior de uma sociedade.

Falar em pré-adolescência implica, de certo modo, uma referência ao biológico, mas parece-nos que na experiência atual refere-se, sobretudo, ao campo dos sentidos dessa experiência contemporânea, de um certo modo subjetivo. É um fato que no mundo contemporâneo esta fase adquiriu um "status" em construção de uma realidade: "uma experiência a ser vivida por cada sujeito sem que este possa evitá-la ou manter-se nela pelo tempo que desejar". (LYRA, 2002), ou seja, no limite dos direitos e deveres como criança no interior das famílias, há um sentido ambíguo. Ao mesmo tempo em que a criança carece de cuidado e proteção pelo outro lado, no momento em que a criança deseja emancipar-se, exija ser tratada como adulto. Neste sentido, manter-se como criança pelo tempo que desejar é certamente atender a algo que lhe convém, principalmente no que diz respeito a bancar os gastos com seus objetos de desejo.

A pré-adolescência é percebida pela sociedade contemporânea como uma fase crucial na construção das narrativas pessoais, compreendida como uma fase da vida própria ao crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade, na medida em que os jovens sejam parte integrante dos focos de mudança e de alterações na estrutura de uma sociedade.

Diante do contexto social compreendido entre os períodos e faixas etárias dos sujeitos: criança (0 a 12 anos incompletos) e adolescente (12 a 18 anos incompletos) discutidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em nossa sociedade,

percebe-se uma preocupação crescente principalmente com a adolescência, sendo uma "fase da vida" sob constantes preocupações sociais.

## **II.2- Pré-adolescentes como elemento de consumo: Os “Tweens” (geração de 08 a 12 anos).**

A pré-adolescência é reconhecida neste trabalho como os Tweens, um público novo percebido pelos norte-americanos como consumidores em potencial que tornam o mercado consumidor fértil aos produtos de grifes.

Para Brito (2004), a comunicação e a mídia contribuem para o surgimento das demandas de consumo, fato que provoca um desejo aguçado nas crianças em busca de sonhos e fantasias que acabam por influenciar os sujeitos em acreditar nas informações veiculadas pela mídia como fatos verdadeiros.

"Geração de 08 anos a 12 anos consome moda como gente grande, adora celulares ipods e faz festa em salões de beleza. Elas brincam de boneca - quando sobra tempo entre uma passada de olhos numa revista de moda, uma visita ao salão de beleza, aquela xeretada no Orkut das amigas, a escolha da programação do Ipod e, claro, as intermináveis conversas no celular. Ah, também vão à escola e eventualmente, à academia, fazer aulas de tecido, cama elástica ou qualquer coisa que não pareça atividade de criança, mas dispense o esforço da malhação dos jovens. É justamente aí, nessa faixa que vai dos 08 aos 12 anos, que surgiu o fenômeno apropriadamente batizado nos Estados Unidos de tweens. Numa brincadeira com as palavras teen (adolescente) e between (entre), os americanos foram os primeiros a perceber o surgimento de um mercado novo. Em todos os sentidos. Pega uma faixa de público mal saída das fraldas e que há uma década sequer aparecia nas pesquisas de consumo, mas que chegou no século XXI com vontade própria para entrar numa loja e escolher o que comprar. O varejo rapidamente farejou bons negócios e vem investindo para atrair esse moçadinha. Em numeras, são cerca de 17 milhões de brasileiros, segundos dados do IBGE. Assim surgem salões de beleza com serviços exclusivos para as futuras mocinhas, celulares com os personagens favoritos. Brinquedos especiais e grifes com uma segunda

etiqueta - a roupa da mãe ou da irmã mais velha em versão, digamos, miúda sem falar nas lojas que apostam para valer no poder de persuasão dos tweens". (REVISTA O GLOBO ANO 2 nº97 p.34).

O enfoque sobre o consumo na faixa etária de 08 a 12 anos no mundo contemporâneo foi percebido pelos norte-americanos como um mercado novo. Não só as meninas destacam a moda, a visita ao salão de beleza, aquisição de aparelho celular e a programação do Ipod, como também se tornam os esportes e games uma novidade para os meninos também fazendo parte do universo dos Tweens.

Os meninos tanto quanto as meninas assumem papéis de consumidores em potencial na hora de decidir pela escolha das grifes, na hora de adquirir games ou escolher o melhor celular.

Na contemporaneidade, o pré-adolescente é público cativo na indústria do consumo, dando origem a uma corrida pelas fábricas de brinquedos que buscam novidades para atender ao interesse deste público-alvo. Lidar com estes sujeitos, parte do pressuposto de que são pessoas que não podem ser tratadas, na maioria das vezes, como infantis nem como adultos em miniatura.

De certa forma existe uma dificuldade de entendimento dos pais, porque muitos acreditam que os filhos precisam apreender a realidade, pois nem tudo é luxo e que muitas vezes as condições financeiras não permitem.

Contudo, existem pais que apesar de não possuírem condições financeiras para proporcionar aos filhos o uso dos produtos de marca, assim mesmo tudo fazem para satisfazer o desejo dos filhos.

Detalhe que se percebe entre esse público, é a preocupação que as crianças têm em demonstrar um comportamento de adulto, bem como possuir vontade própria na hora de suas escolhas, dispensando a opinião dos pais.

"Ampliar segmentação. O caminho é esse e parece sem volta. Prova disso é o resultado da pesquisa feita pelo instituto IPSOS em 13 países ( Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, China, Espanha, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Polônia, Portugal, e Rússia) com os pré-adolescentes ou tweens... (com idade entre 09 e 13 anos, o grupo, que não pode ser chamado de criança nem de jovem adulto, é importante consumidor... (As meninas procuram roupas ligadas à moda, querendo ser femininas; os garotos, em busca de roupas esportivas e jogos eletrônicos. A insegurança e o medo de mudança também foram fatores comuns e as oscilações entre os valores dados pelos pais e as transgressões de adolescentes, apontadas como constantes." (<http://revistamarketing.terra.com.br>).

Comparando a reportagem da revista em referência com a pesquisa de campo realizada com pré-adolescentes conclui-se que, a maioria deles, compreende a questão do “consumismo”, e em termos pessoais, priorizam o próprio consumo, e não o consumo do núcleo familiar.

Quanto a idéia de consumo, gastam à medida que podem e entendem as dificuldades dos pais.

Neste sentido, as crianças entrevistadas não se revelaram consumidores em potencial conforme cita a reportagem supracitada, a exemplo do expresso no depoimento de L, sexo masculino, 11 anos de idade:

“Gasto o meu dinheiro com coisas que estou precisando; quando ganho alguns trocados, junto para comprar roupa, comprar lanche; se tiver calor, gasto com sorvete, biscoito e suco”.

Assim sendo, a maior parte das crianças entrevistadas gasta seu dinheiro com despesas de consumo básico.

Satisfazer os desejos deste público é na maioria das vezes considerar um caminho sem retorno, porque a globalização econômica e cultural leva esta maneira de se organizar socialmente e de se constituir individualmente até às últimas conseqüências. Assim, a tônica do projeto de engajamento da sociedade de consumo parece ser: "consumo, logo existo".

A preocupação constante dos pais no mundo de insegurança e o medo que os jovens oferecem nos dias de hoje, principalmente com os resultados alcançados por serem consumidores irresponsáveis, querendo vencer na vida a qualquer preço. Aproveitar a efervescência dos hormônios e o tempo livre para fazer o que não se espera de um adulto, como por exemplo, transgressão de regras sociais.

Se na modernidade há a crença de que o adolescente pode seguir vivendo, "sem lenço e sem documento", sem nada no bolso ou nas mãos, isso se dá porque ainda se acredita nos grandes ideais juvenis. Os jovens de hoje, com a elevação dos ideais da ética do consumo, buscam nos objetos algo que sacie suas faltas e suas carências. Dentre estes objetos estão um celular da moda, estar conectado no "Orkut" e, sobretudo ampliando a influência dos grupos de interesse em incentivar as crianças e os jovens a participarem de comercial de TV; e programas televisivos produzindo artistas mirins. Nesta medida, são práticas que interpretadas segundo as dimensões de mercado imprimem uma nova revolução infanto-juvenil, com o seu corpo e com o corpo do outro, no sentido de promover a inclusão social direta ou indiretamente.

Tais fenômenos da modernidade surgem no cenário social juntamente com a violência e as drogas ameaçando a categoria da infância e adolescência, convocando o Estado, a escola, a sociedade civil, a família e os responsáveis pelo público juvenil a se preocuparem com o quadro social da categoria em questão.

### **II.3- Uma reflexão sobre as relações de contribuição entre escola/família/pré-adolescentes.**

De acordo com a pesquisa de campo realizada, os 12 pais entrevistados acham importante o papel da escola na formação dos filhos. Uma mãe na sua fala diz: “trabalho o dia todo e conto com a escola para ajudar na educação e dar informações aos meus dois filhos”.

Esta parceria entre escola e família é importante desde que os pais não se excluam das suas responsabilidades, pois é necessário o intercâmbio escola / família no reconhecimento da consciência demonstrada através dos pais para que se concretize uma boa educação.

O Projeto “Núcleo de Pré-adolescentes Multiplicadores, criado pela 9ª CRE (2004) no município do Rio de Janeiro, possibilita aos pré-adolescentes a oportunidade de interagir com os adolescentes atuando nas turmas de 1º segmento como multiplicadores. Este projeto apesar de estar na fase experimental, trata-se de um programa bem avaliado e de grande importância para os jovens na busca da cidadania e o entretenimento entre família e escola.



Há uma grande necessidade de um intercâmbio entre Estado, escola, organizações da sociedade civil e família na participação da construção da identidade infanto-juvenil, visto que essas entidades são parceiras e podem perfeitamente interagir em função dos meios e dos fins a que se destinam na educação das crianças.

“Atualização – A 9ª CRE, em 2004, criou o Núcleo de Pré-adolescentes, um desdobramento dos NAMs, que trabalha com alunos na faixa etária entre 09 e 11 anos, adequando as linguagens e discutindo temáticas que obedecem à demanda das crianças. Outra novidade são os Núcleos Filhotes, uma experiência que vem acontecendo em algumas Coordenadorias e representa a multiplicação de alunos dos Núcleos de Adolescentes atuando nas turmas de 1º segmento. Nos Núcleos Filhotes, os principais destaques são os alunos coordenadores, acompanhados por um professor responsável. Esta ação foi apresentada, pelos próprios adolescentes, num seminário sobre juventude e sexualidade”. (Revista Nós da Escola, 2005, ano 3, nº29, p.13).

Os encontros promovidos pelos Núcleos de jovens encontram um espaço democrático para desenvolver temas de interesse do público infanto-juvenil, como, identidade, sexualidade, prevenção ao uso de drogas, etc.

Compreender as relações entre famílias e a escola pressupõe considerar o fato das relações que colocam em debate “maneiras de estar com as crianças, maneira de examinar as aprendizagens, maneira de comunicar ou ainda, maneiras de regular os comportamentos infantis ou juvenis”. (Thin, 2006, p.212)

A pré-adolescência como categoria social, adquire visibilidade na contemporaneidade junto ao público juvenil em pauta nos Núcleos de Adolescentes. A dinâmica faz parte de um dos enfoques do trabalho dos Núcleos de Adolescentes Multiplicadores (NAM).

Para Thin (2006) o modo de autoridade dos pais e o modo de ação sobre as crianças se sustentam basicamente no princípio de uma pressão exterior de controle, que pressupõe acompanhamento direto de comportamentos.

Conforme resultado da pesquisa com pais, em relação a muitas preocupações com as atitudes de muitos pré-adolescentes, nas suas opiniões é necessária tanto a intervenção do Estado quanto os cuidados de alguns pais e filhos no interior das famílias.

Neste sentido, o resultado da pesquisa com pais de pré-adolescentes revela opiniões sobre a intervenção do Estado no interior das famílias.

Muitos pais entrevistados não concordam que o Estado interfira nesta relação, exceto em casos que confirme agressão e maus-tratos com crianças e adolescentes.

E assim, o confronto com a falta de preparo de muitos pais para orientar os filhos, constata-se o sentimento de perda dos primeiros quando confrontados com tantas novidades, e que não sabendo trabalhar a questão dos limites, acabam se perdendo na forma de educar. Embora não existam regras definidas como modelo de educação, são encontradas formas de educar voltadas para o momento da vida da criança, quando esta, está dentro ou fora de casa, contudo, a não observância dos limites ocasiona diferentes formas de repressão verbal ou física às vezes não pela família, mas pela sociedade.

## **II.4 – ADOLESCÊNCIA**

Os marcos etários que fazem referência à categoria da juventude compreendem analisar uma fase de transição que representa uma situação ambígua na caracterização

das fases em processo de construção entre a adolescência e a juventude que representam categorias sociais pertencentes a uma geração.

Para Freitas (2005), no Brasil a partir dos anos 80 a categoria adolescente passou a ser alvo de debate público no cenário sócio-político destacando-se como bandeira do movimento social "em defesa dos direitos da infância e da adolescência" ganhando visibilidade no contexto social e contribuindo para o surgimento de uma "nova noção social" com foco na adolescência, sendo reconhecida como "ciclo de vida" necessitando de "cuidados e proteção sociais".(FREITAS, 2005, p.07)

O Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento de legislação em prol da categoria em questão, representa um conjunto de lutas e avanços com profundas compreensões acerca das crianças e dos adolescentes no sentido de viabilizar aos sujeitos envolvidos, direitos e deveres.

"Do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo ou intelectual, a adolescência caracteriza-se pela aparição de profundas mudanças qualitativas na estrutura do pensamento. Piaget denomina este processo de período das operações formais, onde a atuação intelectual do adolescente se aproxima cada vez mais do modelo do tipo científico e lógico. Junto com o desenvolvimento cognitivo, começa na adolescência a configuração de um raciocínio social, sendo importantes os processos identitários individuais, coletivos, sociais, os quais contribuem na compreensão de nós mesmos, as relações interpessoais, as instituições e costumes sociais; onde o raciocínio social do adolescente se vincula com o conhecimento do eu e os outros, a aquisição das habilidades sociais, o conhecimento e a aceitação /negação dos princípios da ordem social, e com a aquisição e o desenvolvimento moral e de valor dos adolescentes". (MORENO e DEL BARIO , 2000 apud LEÓN, 2004, p.11)

Na opinião de Freitas (2005), usualmente a adolescência pode ser compreendida como fase das profundas mudanças em torno da "estrutura do pensamento"; uma fase onde a singularidade do sujeito é definida como um modelo social; compreendida

também, como momento de interação social onde o adolescente se identifica como um sujeito reconhecendo os limites do individual, do coletivo e do social, na perspectiva de encontrar um modelo constituído como sujeito social, percebendo o mundo ao seu redor; utilizando o raciocínio, o conhecimento do eu e dos outros, bem como o reconhecimento das habilidades sociais e morais.

Contudo, as experiências da infância retornam aos adolescentes reeditadas no seu espaço de contradições, onde para ser adolescente e ser jovem, é preciso abandonar os comportamentos antiquados e entrar na moda vivendo tudo aquilo que a mídia e os amigos expõem.

Assim sendo, o adolescente ou o jovem como filho se interrogam fazendo uma auto-análise, construindo a sua autobiografia.

A sociedade dá ao adolescente um estatuto de não adulto, não responsável para exercer determinadas funções e, por outro lado, exige que tenha atividades responsáveis. Esta tensão pode paralisar o jovem que se sente impossibilitado de responder às demandas paradoxais do mundo.

Conforme Freitas (2005), o marco diferencial definido entre os termos da sociedade moderna ocidental baseada na concepção clássica da sociologia define o fim da juventude a partir de cinco acontecimentos: 1) quando o indivíduo consegue concluir os estudos; 2) quando passa a sobreviver com o próprio trabalho; 3) quando o indivíduo consegue sair da casa dos pais adquirindo sua própria moradia; 4) quando consegue realizar seu próprio matrimônio e, 5) quando está apto a conceber seus próprios filhos.

Neste sentido, estas cinco condições são fatores que definem historicamente o indivíduo que atinge a fase adulta, estando a pessoa apta a "produzir e reproduzir a vida em sociedade" responsabilizando-se pela sua própria vida.(FREITAS, 2005, p.07)

Ainda para (FREITAS, 2005, p. 07), se esse período se alonga na sociedade contemporânea, o indivíduo pode demorar e atingir ritmos diferenciados conforme o contexto social na qual está inserido, bem como sua trajetória de vida."A perda de linearidade deste processo é um elemento que caracteriza hoje a condição juvenil".

## **II. 5 – JUVENTUDE**

Segundo Krauskopf (2003), no Brasil até os anos 70 a juventude era o tema discutido tanto na academia como em debate público, considerada como objeto de transformação e ou continuidade da sociedade.A partir da compreensão desta categoria como fase preparatória característica da formação escolar era distinguida pela categoria de estudante que compreendia o ensino médio ou nível superior, dando a entender que juventude seria representada pelos sujeitos que estivessem freqüentando este ciclo escolar.

Neste caso, referencia-se aos segmentos privilegiados já que os jovens pobres não chegaram a tais níveis de escolaridade.

O debate em torno da juventude girava sob a possibilidade de agregar novos saberes através da formação escolar para o desenvolvimento do social, econômico e político do país, mas também como forma de opiniões contrárias sobre questões propostas acerca de assuntos educacionais, morais, culturais, sociais e políticos.

"... a noção de juventude é que mesmo compreendida como fase de transição, da qual pode advir uma situação de ambigüidade dada pela coexistência de características das fases das duas pontas do processo, isto não significa que a condição juvenil não possa ser caracterizada de modo particular, que não tenha significados próprios. Muito pelo contrário; na sociedade atual, ela se reveste de conteúdos muito singulares e de grande intensidade social".(FREITAS, 2005 p.07).

Esta noção de juventude que FREITAS (2005, p.07) menciona, trata-se de uma subjetividade delimitada por faixas etárias utilizadas para abordagens do período visando uma "análise demográfica e definição dos públicos de políticas" no sentido de viabilizar políticas sociais atendendo às condições estabelecidas de acordo com o país ou instituições que a implementem.

Fundamentalmente os jovens pertencentes à classe social das camadas populares com a inserção no mercado de trabalho, eram obrigados a interromper os estudos. Sua entrada no mundo adulto dava-se pela via do trabalho de maneira precoce. Contudo os que não conseguiam inserir-se em um trabalho eram considerados motivo de preocupação para o Estado na qualidade de jovem, tornando um tema central de discussão.

Pode-se, desta forma, observar no cenário social uma dicotomia no entendimento da categoria juvenil pertencentes às classes popular, média e alta.

Para Krauskopf (2003, apud, Abramo, p.23), a partir dos anos 70 houve uma grande mudança no cenário brasileiro quando os jovens estudantes se organizaram promovendo manifestações públicas através dos movimentos estudantis no sentido de derrotar o regime militar criado em 1964.

Com o processo de redemocratização do país, o movimento estudantil vai gradativamente perdendo força e capacidade de legitimação como movimento social.

Desloca-se o eixo para uma nova bandeira de luta tratando da questão dos meninos de rua mobilizando a sociedade de um modo geral, dando origem ao surgimento de “atores sociais dos setores progressistas defendendo os direitos das crianças para que fossem tratadas como sujeitos e não como elementos perigosos”. (ABRAMO, 2003,p 23)

Esta luta incentivou o debate em torno da infância e adolescência na agenda pública tendo como marco principal a elaboração da Constituinte e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Consideradas leis de grande relevância criadas no Brasil com repercussão mundial na perspectiva de luta pela construção de uma nova cidadania.

Para Freitas, 2005, tratar a juventude no debate público, é criar condições de inserção e integração social em uma nova conjuntura marcada por exclusão decorrente da crise do trabalho e também do aumento da violência resultando dificuldades para a estruturação de projetos de vida. “É neste sentido que o tema da juventude, para além da adolescência, se coloca como um novo problema político no país, demandando novos diagnósticos e respostas no plano das políticas”.(FREITAS, 2005, p08).

Cabe ressaltar e problematizar a questão do “direito do desenvolvimento pessoal e social: educação, cultura, lazer, profissionalização”(Art. 15 do ECA,p111)como garantia de direitos fundamentais de proteção do direito à vida,tutela e desenvolvimento

do público infanto-juvenil vividos aos sujeitos que se encontram em processo de formação social, principalmente por aqueles que já têm mais de 18 anos, mas que se encontram ainda num momento diferenciado da idade adulta.

A importância sobre o tema da adolescência foi priorizado em relação a juventude estabelecendo uma regulamentação onde os serviços e Programas criados pelo Estado e entidades da sociedade civil limitassem a fase da adolescência até os 18 anos de idade, onde os jovens ficaram de fora da discussão desse tema.

Conforme Krauskopf (2003), até meados dos anos 90, mesmo se falando em juventude, o tema principal girou em torno das crianças e, com menor intensidade, dos adolescentes até 18 anos.

Em 1996 através das Organizações Não Governamentais foi dada ênfase aos programas desenvolvidos para o público adolescente em “situação de risco”, carência, atendimento a situação de “resgate e salvamento” como: tirando os meninos de rua; oferecendo auxílio escolar proporcionando geração de renda, bem como direitos de cidadania, na tentativa de fazer valer a garantia dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, a condição juvenil é entendida como uma fase centrada na busca do prazer, a independência, que na maioria das vezes, resulta em conflitos intrafamiliares, conflito com professores e autoridades policiais que, certamente “geram posturas de violência descontrolada e sem direção”.(ABRAMO, 1994 p.34)

Portanto, as novas subculturas emergem frente aos espaços de lazer em torno de atividades de diversão e consumo, não restringindo a figura infanto-juvenil tão



somente à imagem da formação escolar conforme Krauskopf (2003), e nem no campo da desocupação como antes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, ao discutir os direitos e deveres das crianças e adolescentes junto ao Estado, à Sociedade Civil e às Famílias, estabelece um contraponto da política, do desporto, da cultura que fazem da imagem veiculada uma proposta a considerar a família e a escola no mundo contemporâneo, como instâncias socializadoras, existindo entre si uma relação de interdependência.

Para discutir a questão do poder e autoridade entre pais ou responsáveis por pré-adolescentes no âmbito familiar é preciso compreender o contexto econômico cultural e social dos sujeitos envolvidos.

Sobretudo, analisar também as influências da tecnologia globalizada, fenômenos sociais, mídia, mercado de trabalho e cultura do consumo.

Construir uma relação de poder e autoridade no interior das famílias com a pré-adolescência entendida como faixa etária inicial à adolescência que possibilita inúmeras descobertas requer uma preocupação crescente aos pais e responsáveis no mundo contemporâneo. É uma fase da vida que exige da educação formal e informal estar atentos para as questões e as delimitações necessárias para que não desfoquemos as metas de crescimento e aperfeiçoamento humanos.

Tratar desta questão no interior das famílias requer um grande esforço no sentido de educar, sendo flexível e ao mesmo tempo trabalhar os limites e reconhecer a educação na sua essência como um objeto de desenvolvimento de pessoas a considerar um contexto delineado pelo comportamento humano.

“O contexto mais próximo, no qual estamos mergulhados, falam de um mundo instantâneo, consumista, descartável, globalizante, que valoriza a linguagem oral e virtual e que evidencia uma grande diferença sócio-econômica entre os grupos que nele vivem. Educar, delinear os limites do humano, tendo como referência as relações entre a realidade concreta, o desejo a fantasia e a realidade virtual, é o grande desafio deste século.”(BARBOSA,2006, p.83).

Na vida social, é oportunizada a construção de condutas que nos diferenciam dos outros animais, nos dão a qualidade de viver em grupos e desenvolver uma consciência de sociabilidade. Na prática educativa, o limite pode ser interpretado e considerado de diferentes formas.

Na convivência com o mundo moderno é necessário um constante processo de construção e desconstrução de algumas aprendizagens que norteiam a formação da identidade social, levando em consideração a diversidade cultural como uma necessidade humana. Pensar em globalização, em diversidade além da agitação da instantaneidade do mundo requer que façamos uma reflexão sobre os comportamentos inadequados com a mundialização da informação. Parece que esse fenômeno mundial, não globaliza somente o sanduíche, a música, o mercado, mas também os fatos reais, o que muitas vezes estimula a agressividade no interior das famílias e que, de certa forma, cria um impasse na convivência familiar dificultando a relação de autoridade dos pais no interior das famílias.

A pesquisa feita com pais e responsáveis, no que se refere a dificuldade de educar os filhos, revelou divergência nas opiniões. Alguns pré-adolescentes estão na fase de contestar os argumentos levantados pelos pais sem permitir o diálogo, obrigando os pais a terem uma atitude mais autoritária e rígida. Houve casos em que o pré-adolescente aceita a decisão dos pais sem contestar tornando o ambiente familiar sem uma contradição visível. As dificuldades e responsabilidade em educar os filhos deveriam ser compartilhadas entre pai e mãe. Mas quando existe algum problema, toda família inclusive os filhos também devem estar inseridos no mesmo propósito.

Trabalhar a questão do limite requer entendimento que representa na atual conjuntura o papel fundamental de pais como aliados na construção da identidade infanto-juvenil.

O limite também pode ser entendido como delimitação rígida intransponível e, por isso, as pessoas que apresentam esta compreensão educam e são educadas para a submissão ao limite. São tomadas atitudes autoritárias e o limite serve de referência ao mesmo tempo em que sufoca, impede a ousadia, a criatividade e a transgressão.

O confronto entre a rigidez na educação e a permissividade do mundo contemporâneo, está gerando uma grande dificuldade disciplinar no interior das famílias. Por outro lado, algumas metodologias educativas, embora em consonância com essa permissão do mundo, acabam por gerar indisciplina, irresponsabilidade, descaso e desmotivação no interior das famílias dificultando a autoridade dos pais ou responsáveis por pré-adolescentes.

Portanto, supor as várias dimensões do humano requer perceber os limites como o momento que estabelece uma relação entre o “real, as imagens, o que se faz de conta, o lúdico, o trabalho e outros”. (BARBOSA, 2006, p.84)

Ainda na opinião de BARBOSA (2006) cabe problematizar no interior das famílias, como desenvolver uma educação “sem negar a realidade e sem deixar a fantasia de lado”.

Eis uma abordagem dos conceitos de poder e direito discutidos no interior das famílias e a sociedade de modo geral:

"Os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no. Um triângulo, portanto: poder, direito e verdade... em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso".(FOUCAULT, 1979, p.179).

Para Foucault existe um ciclo reprodutivo entre as relações de poder delimitado pelos elementos subjetivos que se referem às normas estabelecidas em torno do "direito" e entre fundamentos "de verdade" os quais se interagem por meio da informação gerando um outro ciclo evolutivo em torno dos conceitos "poder, direito e verdade".

Constata-se, porém, que, esses conceitos estão presentes com muita intensidade no interior das famílias, principalmente, no momento em que os pais ditam suas regras aos filhos como verdade estabelecida, verdades estas que em muitas famílias sempre existiu a contestação dos filhos, muito embora, muitas crianças não usufruíam deste direito.

Partindo do princípio onde Foucault afirma que a sociedade faz parte de um "corpo social" e que as "relações de poder" não devem ser analisadas separadamente, conclui-se que a família faz parte da sociedade a qual está inserida nesse "corpo social" mencionado. Esta "estabelece" e "funciona" numa relação de "produção, acumulação e circulação em funcionamento do discurso". (FOUCAULT, 1979, p.179)

Ao contrapor as teorias de poder, direito e verdade discutidas por Foucault (1979) e as teorias de poder, vigor, força, autoridade, violência e as relações de mando-obediência discutidas por Arendt (2001), é de grande importância destacar a relevância

da discussão e compreensão de tais categorias mencionadas neste trabalho, visto que as teorias discutidas pelos autores aqui mencionados, permeiam no interior das famílias contribuindo de forma positiva ou negativa na formação, condução ou resolução dos dissensos intrafamiliares.

Foram analisados no decorrer da pesquisa empírica os conceitos arendtianos. Como os pais e responsáveis lidam com a relação mando-obediência no interior das famílias a partir do contexto autoritário estatal, priorizando uma interação social, o dinamismo e o diálogo intrafamiliar.

“Para Arendt”, por trás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre quem domina quem. Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função”. (SV,36) Segundo Arendt, portanto, “a equação ordinária entre violência e poder assenta-se na compreensão do governo como a dominação do homem através da violência” (SV,41)...Arendt contrapõe “uma outra tradição e um outro vocabulário não menos antigos e honrados”. (SV, 34) E, segundo a autora, esta “outra tradição” seria mesmo mais fundamental do que toda definição da política e do poder em termos da relação de mando-obediência...Visto que nas relações internacionais, tanto quanto nos assuntos domésticos, a violência aparece como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais” (ARENDR, 2001, p.85,93).

Segundo Arendt (2001), há uma relação intrínseca entre poder e violência tanto na esfera do Estado quanto nos assuntos domésticos, os quais se completam sem se confundi-los mesmo considerando as formas “puras” de poder e violência, mas sem rigidez em si mesmas, mas possibilitando uma relação complexa entre ambas no cotidiano da vida política e social contemporânea.

O pensamento arendtiano (2001, p.92), reforça a não distinção radical dos conceitos de violência e poder considerando uma relação de “co-habitação” entre si, e

que esquematicamente uma não existe sem a outra, logo “o poder institucionalizado nas comunidades organizadas aparece em forma de autoridade exigindo rápido e inquestionável reconhecimento”, o que não significa dizer que poder e violência sejam fenômenos distintos – usualmente aparecem juntos.

Transportando a compreensão dos fenômenos poder, violência, autoridade e a relação mando-obediência para o interior das famílias, não se encontra nenhuma recusa absoluta da violência, nenhuma forma demonizada da sua prática, logo “a violência não é irracional nem bestial”, pois sempre virá antes do diálogo e da persuasão como última alternativa ou último recurso para manter intacta uma relação de autoridade e poder contra qualquer forma de contestação.(ARENDT, 2001, p.93)

E diante da pesquisa empírica realizada, estes conceitos se confirmaram onde uma mãe entrevistada diz sentir dificuldade em educar a filha porque a mesma tem o hábito de contrapor as opiniões dos pais.

–“Ela tem atitudes muito determinadas e com isto dificulta encontrar um consenso entre as opiniões” – disse a mãe.

Mas, reconhece que essa atitude de contestação é importante, pois abre um leque de reflexão permitindo o diálogo no interior da família, que para os pais é importante, pois não tinham o costume de praticá-lo.

Portanto, se a família teve sua origem fundamentada na hierarquia, na subordinação e na obediência com foco na autoridade masculina citada por Maturana (1993), pode-se afirmar que historicamente o poder e a autoridade dos pais eram tidos como verdade onde aos filhos cabia obedecer às experiências dos pais, não cabendo

na relação familiar o campo para o dissenso, ou seja, aos filhos cabe obedecer a ordem dos pais e não contrapor idéias.

Na opinião dos pais entrevistados, existe diferença entre a geração deles e a geração dos filhos, conforme relatos da depoente, T, do sexo feminino:

“Na atualidade não se tem mais respeito que nos tempos passados, pois antigamente era mais fácil para se educar os filhos, eu tenho 33 anos, hoje se eu levantar a voz para minha mãe ela ainda me bate”. Na atualidade não se pode exigir muito dos filhos porque eles acham que a gente está cobrando muito deles, além de ser careta “.

“Também existem as leis que protegem as crianças”, disse ela.

Neste depoimento, o que a mãe quis dizer é que na geração passada se tinha mais respeito, pois bastava os pais olharem para os filhos que os mesmos já entendiam como forma de obediência, e que hoje devido o Estatuto da Criança e do Adolescente, os pais não têm o direito nem de levantar o tom de voz, pois caso isto aconteça, os pais se sentem ameaçados.

A obediência dos filhos, o apoio do Estatuto da Criança e do Adolescente e as diferenças geracionais são questões para se refletir e analisar a capacidade que os pais ou responsáveis têm para exercer o poder e autoridade em relação aos filhos. Não se pode desconsiderar a oportunidade que os pais têm em aprender com os filhos, principalmente com relação aos avanços tecnológicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, garante à criança o direito do exercício da cidadania mesmo que na opinião de alguns pais, o ECA atrapalhe o papel da autoridade dos pais ou responsáveis.



Assim mesmo, existem pais que acham que a modernidade permite que os filhos participem mais dos problemas familiares, pois com os novos valores também houve abertura para o diálogo entre pais e filhos possibilitando um direito de igualdade.

Contudo, diante da responsabilidade dos pais pela educação dos filhos, não pode ser desconsiderado o estabelecimento de limites como um processo contínuo de construção do conhecimento e aprendizagem do pré-adolescente.

Portanto indaga-se como a sociedade deve se comportar diante da globalização onde as perdas dos valores e das condutas pessoais se confundem com democracia e liberdade. Tal indagação consiste, em saber conviver socialmente usufruindo uma prática democrática de liberdade em meio à diversidade global, sem, contudo infringir os direitos e deveres na relação social de uns com os outros.

Com isso, os pais ou os sujeitos envolvidos com crianças, pré-adolescentes e jovens em geral, devem na relação com estes sujeitos, ter papéis claros e definidos ao lidarem não como uma verdade imposta, mas como uma verdade construída a partir dos dissensos. Sobretudo, proporcionar a construção de uma identidade juvenil pautada nos conceitos de cidadania e liberdade, esclarecendo ao público infanto-juvenil comportar-se ou não de acordo com o que diz "este refrão: Não sou de ninguém/ Eu sou de todo mundo Já sei namorar", (Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown e Marisa Monte, apud BRITO, 2004, p. 53).

Em uma reportagem do jornal INTRATOR (2003) Apud, BRITO (2004 p.53) diz que: rumo a esta preocupação destaca-se o "o amadurecimento precoce de crianças levadas a consumir objetos próprios para adultos". Com isto se interpreta que o pré-adolescente é submetido às condições de adulto muito cedo, tirando-lhe o direito de ser

criança. Os pais sentem dificuldade em administrar sua autoridade e poder junto aos filhos, fazendo com que estes disputem o lugar de autoridade dos pais na relação intrafamiliar.

A própria sociedade contribui para a produção e reprodução desses valores perante as famílias, tornando os filhos independentes cada vez mais cedo.

Na entrevista do mesmo jornal (INTRATOR, 2003 apud BRITO 2004) alega que, através dos programas de televisão, o público infanto-juvenil se organiza no sentido de reivindicar direitos como: "comer apenas o que querem e acordar tarde. Reunindo forças contra os adultos, os agentes da turma travam verdadeiras batalhas para realizar só o que tem vontade". (FERNANDES, 2003, apud BRITO, 2004, p.53)

Já na pesquisa realizada com pré-adolescentes, a maior parte deles aceita a responsabilidade atribuída ou não pelos pais sem nenhum problema de contestação, pois acham que quando os pais exigem uma tarefa, estes estão ensinando o melhor para eles, e quando cobram outras formas de atitudes estão com isso, querendo o seu crescimento pessoal e social.

Já a mídia junto com a informação e a transmissão de novos valores sociais faz com que os pais percam gradativamente sua autoridade, pois a própria sociedade não dá subsídios para a consolidação e manutenção dos valores que caracterizam de fato, o poder de autoridade dos pais no interior das famílias fora do contexto de banalização desses papéis conforme é transmitido pela mídia.

A partir da análise dos dados coletados, pudemos constatar que, entre os pais e responsáveis prevalece a idéia de que a mídia contribui para o enfraquecimento da autoridade e poder sobre os filhos, pois desperta no pré-adolescente o desejo de

adquirir objetos que não pode possuir, ou entrar na moda que não pode acompanhar, logo é passada uma ideologia de que “tudo pode”. Neste sentido, cria-se um mundo interno onde se dissemina uma educação sem limites reforçando um contexto onde tudo é permitido.

Com isso há um confronto de opiniões externas e internas sobre determinados conceitos e condutas.

Alguns pais acham que não só a mídia interfere na relação de poder e autoridade dos pais sobre os filhos, mas também os colegas, que podem exercer sobre eles uma má influência. Por outro lado, admite-se que, a convivência em grupos também é necessária e fundamental para a formação da identidade da criança.

Um outro inimigo dos pais também tem sido a internet, pois, não adianta só proibir, devem ser orientados, bem como ser amigo dos filhos. Daí a necessidade colocada por uma das mães (S, 35 anos) entrevistada de exercer uma maior atenção aos filhos, dando-lhes “liberdade vigiada” e dialogando sempre. “Ouço muito meus filhos, faço críticas, mesmo sobre o que é certo...”.

Segundo CARVALHO (2003), a família funciona como um “amortecedor social” face as grandes transformações ocorridas na contemporaneidade. Há com isso, um gradual esvaziamento do modelo de “família nuclear” surgindo novos arranjos familiares perdendo totalmente o sentido de família tradicional. O individualismo está cada vez mais presente nas famílias.

"Esses problemas afetam não apenas as condições materiais da subsistência da família como sua própria convivência e organização, com o aumento dos conflitos, da violência doméstica, da fuga de crianças e adolescentes para as ruas e do envolvimento desses últimos em atos infracionais. A pobreza, o desemprego e, em especial, a falta de perspectiva tem conduzido muitos jovens brasileiros para criminalidade, o que contribui com o crescimento da violência da qual eles têm-se tornado vítimas preferenciais, notadamente nos bairros pobres onde se concentram".(CARVALHO, 2003, p.117).

Neste sentido, deve-se compreender o papel da família no cenário contemporâneo mencionado por CARVALHO (2003), face aos problemas modernos que afetam suas condições estruturais de organização, tais como: violência, desemprego, pobreza, drogas e em especial a falta de perspectiva do jovem que podem conduzi-lo à delinqüência juvenil provocando o aumento de conflitos intrafamiliares dificultando a administração da autoridade e do poder dos pais ou responsáveis.

Diante das transformações sociais, os sujeitos não conseguem estabelecer os limites entre desejo e necessidade; prazer e felicidade dos filhos dificultando portanto, a relação de autoridade dos pais .

Segundo CARVALHO (2003), outro problema também com relação a autoridade e poder dos pais junto aos filhos é quando acontece a perda da condição de chefe e provedor da família pelo homem e que a mulher assume este papel indo para o mercado de trabalho. Este se depara com a frustração, fato pressionado pelo desemprego.

Embora CARVALHO (2003), não faça referência diretamente a autoridade e poder no interior das famílias, este é um dos problemas da atual conjuntura.

A mulher ao assumir o papel de chefe de família, juntamente com o cônjuge ou sozinha, acumula uma dupla responsabilidade.

Ao analisar a autoridade dos pais em relação aos filhos, no campo de pesquisa foi constatado que, mesmo em famílias chefiadas por mulheres não há ausência de controle e nem de autoridade que possam desmerecer a mulher desse papel, pelo contrário, os resultados observados nas relações intrafamiliares foram positivos, pois as mães “chefes de família” entrevistadas demonstraram orgulho e realização pessoal no desempenho dos seus papéis.

Neste sentido, as dimensões de “poder, direito e verdade” mencionados por Foucault (1979 p.179), foram identificados nos grupos das famílias pesquisadas.

E assim, percebidas no interior das famílias uma articulação de saberes, no que diz respeito a valores intrafamiliares na opinião das famílias entrevistadas, conceitos como verdades estabelecidas, e elementos que pluralizam o conhecimento na vida social.

### **III.1 - A MÍDIA/INTERNET COMO PODER DE INFLUÊNCIA NO INTERIOR DAS FAMÍLIAS.**

Os meios de comunicação de massa bem como os meios informacionais trazem com a globalização o conseqüente triunfo dos valores defendidos pela economia de mercado, principalmente a tecnologia, quando, por exemplo: compra-se um produto pela internet, é um elemento consumidor global ou pode-se agora estar conectado com o mundo, o que antes seria inimaginável.

Diante do avanço tecnológico surgem novas influências, como por exemplo, os programas infanto-juvenis transmitidos pela televisão que tratam de assuntos desde comportamentos de pais ao incentivo das crianças por novas necessidades de consumo.

A influência da mídia representada na figura dos programas infantis de televisão, como os “Padrinhos Mágicos, Pokemons e Meninas Super Poderosas”, no contexto da autoridade e poder dos pais ou responsáveis por pré-adolescentes.

O programa infantil “Padrinhos Mágicos”, incentiva as crianças principalmente na faixa etária de 08 aos 10 anos, ao desejo de consumo com facilidade em busca da felicidade, onde se desenvolve um mundo, no qual as crianças são testadas em troca daquilo que desejam, a partir de três pontos básicos: responsabilidade, número de desejos e grau de felicidade. Quando as crianças não conseguem a avaliação satisfatória feita pelo “padrinho mágico”, são submetidas a duros treinamentos. E as crianças são protegidas diante da ausência dos pais pelos seus “padrinhos mágicos”, adquirindo para si muitos direitos e assim esquecendo seus deveres.

Já no desenho do “Pokemon”, existem as crianças que possuem os seus grupos, onde cada componente possui seus Pokemons, e eles próprios são treinadores destes, formando uma competição entre grupos de Pokemons para vencer seus adversários. Assim incentivam uma grande competitividade no ciclo de amizade em defesa da demonstração de poderes.

Neste caso, não ficou caracterizada a presença da família e da escola como, instâncias de socialização, mas o que existe é uma tônica dos conceitos de poder e

nenhuma superação de limites, pois os mesmos só se dão por vencidos quando não mais resistem à luta.

Em contrapartida, o desenho das “Meninas Super Poderosas” mostra a convivência de três crianças criadas por um professor em um laboratório, o qual, as tratam com carinho e amor de pai. Possuem poderes especiais, que as tornam capazes de defender uma cidade de todas as maldades, onde toda a sociedade e principalmente o prefeito da cidade depositam toda confiança nelas.

O limiar do consenso entre as idéias de direito e liberdade das crianças, em contraponto com a responsabilidade dos pais pelo controle e autoridade dos filhos no interior das famílias, abre um leque de discussão sobre o poder de influência que esses programas oferecem para os responsáveis por crianças e adolescentes que necessitam ser educados. Esses conceitos transmitidos e absorvidos pelo público juvenil através da mídia, a partir de conceitos concretos e dados reais, vão certamente influenciar na formação da identidade juvenil, levando as famílias à superação de desafios quanto a educação dos filhos e definição de regras e limites sem serem autoritárias.

No contexto social, reafirmam-se valores, modelos e condutas que se atualizam, transformam-se, e também redimencionam-se novos valores implícitos e difundidos pelos meios de comunicação, assim como a "informação e a assimilação da formação social", conforme BRITO, (2004, p.48)

A formação de um novo cenário de sociabilidade permeado pela influência da comunicação conduzem o "leitor, ouvinte e telespectador" aos padrões coletivos de "consumidores em potencial"(BRITO,2004,p.48)

Chamar a atenção para os papéis atribuídos às famílias diante de muitas questões que tem deixado os pais angustiados diante do desafio que é educar crianças e adolescentes no mundo em constante mudança. Nesse mundo contemporâneo, dominado pela velocidade da informação, os pais não são mais os donos absolutos da verdade e a própria família tem uma configuração diferente de “pai e mãe”, que trabalham fora, os casamentos que se desfazem, formam-se novas famílias com os filhos de outros casamentos. No entanto, apesar de todas as mudanças cabe aos pais o papel fundamental de educação dos filhos.

A partir de meados dos anos 90 com a diversificação da telefonia fixa, dos meios de comunicação em especial da internet, por meio da comunicação on-line, emerge uma grande discussão em torno da “sociabilidade virtual” segundo (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 50).

“ Tanto é que Castells se refere à sociabilidade via internet como “o tema mais carregado ideologicamente” (Castells, 2000/2003, p. 272) de sua análise da sociedade em rede porque, desde os primeiros momentos, foi impregnado por crenças de que a Internet aliena, isola, leva à depressão e a outras coisas horríveis”. (NICOLACI-DA-COSTA, 2005, p. 51)

Num primeiro momento, vive-se a fase da “convergência de várias tecnologias da informação”, (NICOLACI-DA COSTA, 2005, p 50), motivadas pelas condições incomuns entre a telefonia celular e a internet.

Uma segunda observação é a “multifuncionalidade” dos diferentes tipos de comunicação em forma de rede, textos e áudio-visual. Só que apesar desses avanços tecnológicos comuns e difundidos a partir da década de 90, essa revolução da



informação vem gerando grandes reações na sociedade e principalmente no campo da política e da cultura segundo CASTELLS (2000/2003, apud NICOLACI-DA-COSTA), p.50).

### **III. 2 - Computador: um a mais na família.**

Para DORNELLES (2004 p.245), com a evolução digital desenvolveu sobre as bases deixadas pela televisão, que começou a ser difundida pelo mundo a partir da metade do século XX.

“Esse panorama faz pensar que essa tecnologia corrobora a integração mundial”, que pregada pelo modelo de globalização iniciado no século XX e resultante dos avanços do capitalismo. O resultado é visível em uma potencial heterogeneidade de informações disponibilizadas, tanto quanto uma diversidade de usuários. Isso significa que diferentes manifestações culturais são divulgadas via Internet para o resto do mundo. Seguindo a forma da Internet (comunicação entre “muitos” e “muitos”). (DORNELLES, 2004p. 245).

Houve, portanto, a invasão e a penetração da internet nos estratos sociais, principalmente nas camadas média e alta da sociedade.

A tecnologia informacional no Brasil ainda é considerada de alto custo, não sendo de fácil acesso a todas as camadas sociais, fundamentalmente às classes populares, muito embora tenha havido ultimamente grandes incentivos à população para a compra de computadores. Embora haja muitas restrições na aquisição de computadores na classe popular, existem pessoas que se endividam, mas conseguem comprá-los apesar do sacrifício.

O tema computador/internet tem atingido o senso comum da população, ao que Dornelles, (2004), se refere como “banalização da informática”, fato que hoje traz várias discussões na sociedade, bem como preocupação com uma nova forma de sociabilidade, principalmente “bater papo, conhecer pessoas, fazer amigos e até namorar via/internet” (DORNELLES, 2004, p.242). Fatos que há três anos atrás não tinham visibilidade e causavam estranheza e desconfiança no interior não só das famílias, mas na sociedade de um modo geral.

Hoje o fenômeno da internet, encontra-se mais familiarizado com menos questionamentos da possibilidade de existência de um relacionamento social via internet, mas uma discussão voltada para a importância da temática e opiniões variadas que surgiram na contemporaneidade sobre o referido assunto em questão, trazendo uma grande preocupação no interior das famílias.

Fato que, entre cinco crianças de classe popular entrevistadas, quatro gostam de acessar a internet, mas não possuem computador. Já entre as sete crianças de classe média, duas não possuem computador, mas gostam de acessar a internet.

Segundo a reportagem da Revista O Globo n 135, o computador, uma máquina nova vista como uma “ameaça virtual” \* tem provocado uma revolução no interior das famílias e vem ocasionando pânico e desespero dos pais diante do impacto da tecnologia nas relações intrafamiliares.

**\*Virtual vem do latim virtus, significa “força”, “vigor”.**

“O Médico Silvio Pitkowsk, na base do diálogo, mostrou às duas filhas Daniele, de 13 anos, e Vivian, de 11, como o Orkut pode ser nocivo ao levá-las, por exemplo, para lugares pornô. As duas meninas concordaram com o pai, mas, ainda assim, defendem as conversas com amigos no Orkut. Esses conflitos podem significar brigas exasperadas de pais que não controlam o poder e o saber da máquina. As discussões com os filhos saem das casas de famílias e chegam às escolas e aos consultórios de psicoterapia. Por que uma simples máquina ganha essa dimensão de fantasma em tantas famílias contemporâneas?(Revista O Globo, Ano 3 nº135 de 25/02/07,p.21)

A internet, uma forma atraente de diversão para o público infanto-juvenil, interativa e cheia de novidades, leva vantagem sobre a autoridade dos pais e se torna alvo de conflito no interior das famílias.

O descompasso presente na vida do pré-adolescente que luta com o aproveitamento escolar, a obediência com seus responsáveis e a formação de sua identidade, são elementos de preocupação para os pais, principalmente uma fase da vida que os jovens questionam por se confrontarem com a “potencialidade do ser em sua pluralidade de facetas, ainda em gestão e em plena ebulição” (Revista O Globo nº135, 2007).

A passagem para a vida adulta implica um conjunto de mudanças de posições: de criança para adulto; mudanças nas relações familiares e geracionais; mudanças nas relações sexuais, de estado ou de trabalho com as pessoas fora e dentro da família no espaço público e privado.

Portanto, torna-se importante perceber, que, no momento da passagem da criança para a fase adulta, não é só a inserção no campo do trabalho, mas também o acesso a uma forma de agir no mundo adulto, pela qual o jovem passa a ocupar uma posição na comunidade e é reconhecido por ela.

Muitas vezes, os pais concebem a relação com os filhos numa relação amorosa. Lembrando que esta relação é conflitante por razões diversas já mencionadas neste capítulo.

Para Cora Rónai (2007), na reportagem, “a internet sem traumas é questão de bom senso”(Revista o Globo, 2007,nº 135 p.23), a rede não é nem uma santinha e nem um grande vilão, mas um aparelho com distorções em nossa volta. Pode ser perfeitamente controlada, através de medidas educativas ou até mesmo desliga-lo quando uma boa conversa não funcionar.

Ainda para Rónai (2007), não é preciso brigas ou proibições para resolver o impasse e sim uma boa conversa, confianças mútua e principalmente alternativas que despertem novos aprendizados e formas de lazer.

As entrevistas com o médico Silvio Pitkowski (2007) e com a consultora de RH Betty Dabkiewicz (2007) concluem que o caminho do diálogo foi o escolhido. Concordam que o uso da internet deve ser um instrumento para a busca do conhecimento diversificado, pesquisa e cultura.O primeiro se reporta à categoria pré-adolescente reconhecendo a necessidade da criança conectar-se à internet separadamente, mas que esteja fisicamente junta com os pais para conversa e troca de idéias.

“Para o psicanalista gaúcho José Outerl, os pais no lugar do desespero, devem acompanhar os filhos, seus interesses e suas experiências: \_ não de forma intrusiva, invadindo a privacidade do filho, mais sem abdicar de suas responsabilidades de pais: orientar e pôr limites, numa sociedade sem limites e na qual a ética esta escapando por nossos dedos”. ( Revista O Globo,2007 nº 135, p. 21)

O papel do educador na família dentro de uma sociedade é importante para preparar as crianças, principalmente na fase da pré-adolescência para a vida. Entender que os pais não são onipotentes e nem onipresentes. As crianças futuramente serão responsáveis por suas escolhas e para o psicanalista Outier (2007) o computador representa um grande recurso para a educação. Em um futuro bem breve, quem não tiver o auxílio do computador, estará excluído e será um “ignorante virtual”.

“O ideal é um verdadeiro diálogo. Não um adulto dizendo a um adolescente como deve ser, mas uma conversa entre duas pessoas na qual ambas expõem suas idéias”. (Revista o Globo, 2007, nº135, p.21).

A psicóloga Olga Sodré (2007), nesta mesma reportagem conclui que o desespero dos pais com o impacto da tecnologia se dá devido a “inversão na transmissão do saber”, ou seja, em se tratando de tecnologia os filhos hoje passaram a adquirir a condição de orientadores e detentores do conhecimento sobre a internet.

Registra-se que a maioria dos pais não dominava com facilidade as técnicas do avanço tecnológico dificultando, portanto, o controle dos filhos com a “máquina”, pois não sabem inserir a senha no equipamento para dificultar o acesso dos filhos. Assim, muitas vezes os filhos por saberem mais sobre a tecnologia, acabam se tornando “educadores” de seus pais.

Sendo assim, conclui Sodré (2007), que os dissensos familiares por razões irreversíveis do avanço tecnológico devem ser compreendidos com muito diálogo baseado no princípio da ordem e da justiça para que os jovens possam viver em paz e em estabilidade.

Para Brito (2004, p.50), a mídia e a comunicação contribuem para "sustentar estereótipos" de demandas do "consumo impondo sonhos e fantasias naturalizando exclusões e dominações através dos seriados e programas televisivos".

A internet, a mídia e a tecnologia de um modo geral fazem parte de leituras que se interagem, embora constituídas de diferentes abordagens de ordem cultural, influenciadas por várias práticas conjuntas "presentes no contexto social, político, educacional e midiático" que inseridos na história de cada indivíduo fazem parte das "individualidades".

“É forçoso observar que os debates educativos, à medida que se aproximam das especificidades das transformações culturais do mundo moderno, se abrem para o caráter interdisciplinar das questões educacionais. A escola como instituição, seus currículos, professores e profissionais da educação em geral, não podem deixar de se preocupar com as peculiaridades da prática educativa contemporânea. Ou seja, a educação no mundo moderno não conta apenas com a participação da escola e da família. Outras instituições, como a mídia, despontam como parceiras de uma ação pedagógica. Para o bem ou para o mau, a cultura de massa está presente em nossa vidas, transmitindo valores e padrões de conduta, socializando muitas gerações. Em uma situação de modernidade faz-se necessário problematizar as relações de interação, conflitivas ou harmoniosas, entre os espaços socializadores e agentes socializados.”(SETTON, 2002, p.109).

Visto pelo ângulo das transformações societárias, surge um novo cenário que deve ser discutido que tem como destaque reafirmar a atuação da família como instituição de proteção social, a escola como parceira fundamental da família neste processo e a mídia como um instrumento interpretado por vertentes diversificadas que vão desde as interpretações entendidas como alienação à perspectiva do entretenimento, e da educação também, a depender da programação.

A escola, portanto, se abre para o campo interdisciplinar. Os currículos, os professores e os profissionais da educação em geral devem tratar esta questão como uma peculiaridade típica da educação contemporânea. Compreendendo que a educação do mundo moderno não é função somente da família, mas também da escola.

Sabe-se que, para o bem ou para o mal a cultura de massa está intrínseca em nossas vidas na construção de valores e de condutas responsáveis pela socialização das gerações.

A escola compartilha a idéia de que o objetivo principal da educação básica esteja voltado para o exercício da cidadania. Para efetivação desse objetivo, é preciso que se ponha em prática desde a sala de aula, a capacidade de ouvir, discutir, deixar criticar e sugerir. Sem esta postura fundamental fica-se apenas em um discurso vazio que não se realiza.

Este trabalho teve como proposta problematizar questões referentes ao papel da família como instituição permeada por relações de poder e autoridade. Neste sentido, apresentou uma análise a respeito das mudanças processadas nesta instituição e as formas como pais e filhos as têm enfrentado.

Nossa intenção foi demonstrar como os pré-adolescentes vêm se consolidando enquanto sujeitos capazes de interferir na dinâmica da família e, mais que isto, exigir dos pais e/ou responsáveis, novos posicionamentos, o que também pode ocorrer em relação à escola e ao próprio Estado, que precisa pensar em políticas públicas a eles dirigidos.

Percebemos, também que para o mercado, este segmento já vem, há algum tempo, sendo visto como cidadão-consumidor, passível de exercer influência sobre a família no que se refere ao seu padrão de consumo. Daí sua presença marcante na mídia, na publicidade, na televisão que, de certa forma tem grande influência na educação dos filhos. Há de se considerar, também, que estes instrumentos midiáticos possam incentivar a violência e o consumismo.

Como resultado da pesquisa de campo, com alguns pais ou responsáveis e algumas crianças sendo os seus próprios filhos, entende-se que muitos pais lhes dão responsabilidade por atividades domésticas, mas reconhecem seus direitos de criança, e na medida do possível atendem aos pedidos dos filhos respeitando seus gostos. Para alguns pais, existem programas de televisão que veiculam através da mídia e incentivam comportamentos que não são de acordo as condutas morais e sociais do indivíduo.



Uma das mães entrevistadas diz que: "a mídia mostra coisas muito livres e sem limites. O ruim, o proibido e o errado, são valorizados".

Assim, à medida que os pais ou responsáveis controlam os programas televisivos, estes pais selecionam os programas que contribuem para a formação da identidade do pré-adolescente.

Os pais ou responsáveis podem se tornar culpados pelo sucesso ou fracasso do filho, visto que na atual conjuntura, os jovens exigem dos pais muita liberdade.

Para que essa liberdade seja acompanhada, a primeira atitude do responsável é saber ouvir os filhos, observar suas atitudes e procurar ajudá-los sempre que possível, principalmente quando surgem com atitudes que não condizem com as condutas sociais.

É preciso que os pais ou responsáveis consigam assimilar bem a realidade atual dos filhos, sabendo distinguir a alegria, a liberdade, prazer, dificuldades, angústias e emoções, pois com isso saberão definir regras e limites sem ser autoritários.

Existem pais que confundem afeto e limite, pois o deixar o filho fazer o que quer, para ele representa afetividade, mas na verdade é não saber usar sua autoridade, pois aquele que ama, educa estabelecendo limites. Logo, a família deve funcionar como alicerce para o crescimento dos filhos na construção da sua autonomia.

Diante do exposto no decorrer de todo o Trabalho de Conclusão de Curso e o resultado da pesquisa de campo, conclui-se que no universo das doze famílias pesquisadas, dentre as classes popular e média da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, entende-se que pelas respostas dos pais ou responsáveis apresentadas, os

mesmos exercem o poder e autoridade sobre os filhos permitindo também a flexibilidade.

No entanto, sete pais ou responsáveis entrevistados afirmaram que têm dificuldades em educar seus filhos por razões de contestação de opiniões intrafamiliares, influência da mídia ou até impasses de ordem geracional.

E entende-se que as crianças quanto a sua rotina, são bem acompanhadas. Logo, cabe a seguinte pergunta: por que se percebe na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, uma grande quantidade de crianças e adolescentes praticando atos de violência, consumo de drogas, prostituição infantil. E na maioria das vezes até se encontram em situação de conflito com a lei, sendo assim considerados “geração em perigo” conforme SARMENTO, (2002 p.268).

A pergunta a seguir parece ainda longe de se ter uma resposta: Será que este quadro se dá por falta de poder, autoridade e limites de muitos pais que a pesquisa não conseguiu identificar? Ou os entrevistados deixaram de manifestar a real opinião a respeito?

Há de se concluir, portanto, que a partir das problematizações aqui mencionadas, consigamos, através do Serviço Social buscar formas alternativas de intervenção.

De posse das questões problematizadas, o Serviço Social frente às políticas públicas é chamado a implementá-las e a viabilizá-las como direitos sociais e os meios de exercê-los, bem como “garantir a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade”. (IAMAMOTO, 1982, P.50).

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis punks e darks no espetáculo urbano.**

Editora Página Aberta Ltda, 1ª edição: setembro de 1994.

Id.Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro** cap.2.

2003.Editora Ação Educativa

ALVES, Eliana Olinda. **Jornal do Conselho Regional de Psicologia**, ano 2, nº9, março 2006.

ARENDT, Hannah; Duarte André. **Poder e violência no pensamento** – 3ª Edição – RJ, Relume Dumará, 2001.

BARBOSA, Laura Monte Serrat, Psicopedagogia. **Um diálogo entre a psicopedagogia e a educação**, 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2006.

BRITO, Leila Maria Torraca de.**De “papai sabe tudo a como educar seus pais”.** Considerações sobre programas infantis de TV. Psicologia & Sociedade;17(1):17-28,jan/abr.2005.

CARVALHO, I.M.M. de Almeida. P.H. de. **Dinâmica metropolitana e estrutura:** social em Salvador.Tempo social: revista de Sociologia da USP, SP, 11(2), fev. 2002.

DORNELLES, Jonatas. Antropologia e Internet: **Quando o campo é a cidade e o computador é a “rede”**, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n.21, p.241-271, Jan/jun. 2004.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/1990.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais, novembro de 2005, São Paulo. Editora Ação Educativa.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder, **Soberania e disciplina**, 7ª edição, Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, R. Relações sociais e Serviço social brasileiro, **Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social**. Editora Cortez/Celats, São Paulo, 1982.

JÚNIOR Almir Pereira; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana. Os Impasses da cidadania. **Infância e Adolescência no Brasil**. Editora Ibase, Rio de Janeiro, 1992.

LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais: Editora Ação Educativa, 2004.

LYRA, Jorge; MEDRADO Benedito; NASCIMENTO, Pedro; GALINDO, Dolores; MORAES, Maristela; PEDROSA Cláudio “**A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete**”. **Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos**. Cad. Cedes, Campinas, v.22, n57, agosto/2002.

NASCIMENTO, Érika Ximenes do SANTO, Sônia Maria do Espírito. **As configurações da família e seus reflexos nas crianças e adolescentes**, 2005. Texto, Assistente Social, supervisora do Oratório Festivo Dom Bosco de Rocha Miranda. RJ.

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria, Sociabilidade Virtual, **Separando o joio do trigo**, Psicologia & Sociedade, 17(2): 50-57; mai/ago.2005.

REVISTA NÓS DA ESCOLA, **Educação Multirio**, Ano 03 nº29/2005.

REVISTA O GLOBO ANO 2 Nº97 de 04/junho de 2006.

REVISTA O GLOBO ANO 3 Nº135 de 25/02/2007.

ROURE, Glacy Q. de. Vidas Silenciadas, **A violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira**, Campinas, SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1993.

SARMENTO, Manuel JACINTO. **Infância, Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº78, abril 2002.

SARTI, Cynthia A. **A família contemporânea em Debate**. Editora Cortez, São Paulo, 1995.

SETTON, Maria A da Graça Jacintho. Família, Escola e Mídia: **Um campo com novas configurações, educação e pesquisa**. Red.de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal , janeiro-junho, ano/vol.28, número 001 Universidade de São Paulo, SP, 2002.

SILVA, Jurema Alves Pereira da. **O papel da entrevista na prática do Serviço Social**. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 6, novembro, 1995.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. **Juventude e contemporaneidade**: possibilidades e limites, Última Década Nº 20, CIDPA Viña Del Mar, junio, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. **A família contemporânea em debate** – Editora Cortez São Paulo 1995.

Id. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo**: desafios de um mundo em mudança. In: Serviço Social e Sociedade, setembro de 2002

THIN, Daniel, **para uma análise das relações entre famílias populares e escola**: confrontação entre lógicas socializadoras, Revista Brasileira de Educação v.11 nº32 maio/ago.2006.

**Hemerografia**

**RIZZINI, Irene.** Uma discussão (inter) nacional, disponível em: **www-PUC-rio.br/editorapucrio/autores/autores\_entrevistas\_Irene Rizzin.html.** Acesso em 08/08/07

[http://revista](http://revista.marketing.terra.com.br/matéria/index.php?id) marketing.terra.com.br/matéria/index.php?id. Acesso em 18/11/06

## **ANEXOS**

## **Mães más**

Um dia, quando meus filhos forem crescidos o suficiente para entender a lógica que motiva os pais e mães, eu hei de dizer-lhes:

Eu os amei o suficiente para ter perguntado aonde vão, com quem vão e a que horas regressarão. Eu os amei o suficiente para não ter ficado em silêncio e fazer com que vocês soubessem que aquele novo amigo não era boa companhia.

Eu os amei o suficiente para os fazer devolverem o lápis do colega, a pagar as balas que tiraram do supermercado ou revistas do jornaleiro, e os fazer dizer ao dono: “Nós pegamos isto ontem e queríamos pagar”. Eu os amei o suficiente para os deixar assumir a responsabilidade das suas ações, mesmo quando as penalidades eram duras que me partiam o coração.

Eu os amei o suficiente para ter ficado em pé junto de vocês, duas horas, enquanto limpavam o seu quarto, tarefa que eu teria feito em 15 minutos. Eu os amei o suficiente para os deixar ver, além do amor que eu sentia por vocês, o desapontamento e também as lágrimas nos meus olhos.

Mais do que tudo, eu os amei o suficiente para dizer-lhes “NÃO!” quando eu sabia que vocês poderiam me odiar por isso (e em momentos até odiaram). Estas eram as mais difíceis batalhas de todas. Hoje estou contente porque venci: consegui ajudá-los a se transformarem em adultos prontos para viver em sociedade.

E, em qualquer dia, quando meus netos forem crescidos o suficiente para entender a lógica que motiva os pais e mães, quando eles lhe perguntarem se sua mãe



era má, meus filhos irão lhes dizer: “SIM, NOSSA MÃE ERA MÁ, ERA A MÃE MAIS MÁ DO MUNDO”.

As outras crianças comiam doces no café e nós tínhamos que comer cereais, frutas e torradas. As outras crianças bebiam refrigerante e comiam batatas fritas e sorvete no almoço e nós tínhamos que comer arroz, feijão, carne e legumes. E ela nos obrigava a jantar à mesa, bem diferente das outras mães que deixavam seus filhos comerem vendo televisão. Ela insistia em querer saber onde estávamos (ligava para o nosso celular de madrugada e “fuçava” nos nossos e-mails) a toda hora. Era quase uma prisão. Mamãe tinha que saber quem eram nossos amigos e o que fazíamos com eles. Insistia que lhe disséssemos com quem íamos sair, mesmo que demorássemos uma hora ou menos.

Nós tínhamos vergonha de admitir, mas ela “violava as leis do trabalho infantil”: nós tínhamos que tirar a louça da mesa, arrumar as bagunças, esvaziar a lixeira e fazer todo esse tipo de trabalho que achávamos cruel. Ela insistia sempre conosco para que lhe disséssemos sempre a verdade e apenas a verdade. E quando éramos adolescentes, ela conseguia até ler meus pensamentos.

A nossa vida era mesmo chata. Ela não deixava os nossos amigos tocarem a buzina para que saíssemos: tinham que subir, bater à porta, para ela os conhecer. Enquanto todos podiam voltar tarde à noite, com 12 anos, tivemos que esperar pelos 16 anos para poder chegar um pouco mais tarde, e aquela chata levantava para saber se a festa foi boa (só para ver como estávamos ao voltar). Chave de casa? Só quando provamos que éramos suficientemente responsáveis para ter uma. Se precisasse, ela ia nos buscar onde fosse e a qualquer hora (mesmo morrendo de medo). Só para não termos que vir com um amigo bêbado dirigindo o carro.

Por causa de nossa mãe nós perdemos “intensas” e “emocionantes” experiências na adolescência. Nenhum de nós esteve envolvido com drogas, em roubo, em atos de vandalismo, em violação de propriedade, nem fomos presos por nenhum crime. TUDO POR CAUSA DELA! Agora já somos adultos, honestos e educados, estamos a fazer o nosso “melhor” para sermos “PAIS MAUS”, como nossa mãe foi conosco”.

Eu acho que este é um dos males do mundo de hoje: não há suficientes MÃES MÁS.

Carlos Hecktheuer – médico psiquiatra.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA - FAMÍLIA

QUESTIONÁRIO nº \_\_\_\_\_

ENTREVISTADO \_\_\_\_\_

DATA E HORÁRIO DA ENTREVISTA \_\_\_\_\_

LOCAL DA ENTREVISTA \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

### I - Dados do entrevistado:

1- Sexo – Masculino ( )      Feminino( )

2- Estado Civil- Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) Outros( )

3-Idade \_\_\_\_\_ Número de filhos \_\_\_\_\_

Idade dos filhos \_\_\_\_\_

4- Composição familiar:

\_\_\_\_\_

5- Cor: branca ( ) negra ( ) parda ( ) outra ( ) \_\_\_\_\_

6- Escolaridade: Ensino Superior Completo ( )

Ensino Superior Incompleto ( )

Ensino Médio Completo ( )

Ensino Médio Incompleto ( )

Ensino Fundamental Completo ( )

Ensino Fundamental Incompleto ( )

Não Alfabetizado ( )

7- Profissão: \_\_\_\_\_

8- Renda Familiar: Um salário mínimo ( )

Dois a três salários mínimos ( )

Entre três e cinco salários mínimos ( )

De cinco a sete salários mínimos ( )

De sete a oito salários mínimos ( )

II- Tipo de Moradia:

Casa ( ) apartamento( ) outros ( )

Alugado( ) próprio ( ) cedido ( ) juntos com parentes ( )

III- Religião: \_\_\_\_\_

1- Participa com ( ) muita freqüência

( ) média freqüência

( ) pouca freqüência

Por que? \_\_\_\_\_

2- Acha que a religião é importante na educação dos filhos? Sim ( ) Não( )

Por que? \_\_\_\_\_

IV- Relação Intra-familiar:

1- Sente dificuldade em educar os filhos? Sim ( ) Não( )

Por que? \_\_\_\_\_

2- A responsabilidade pela educação dos filhos é dividida com o cônjuge igualmente?

Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

3- Quanto ao poder e autoridade com os filhos no interior da família:

( ) a decisão final é do pai

( ) a decisão final é da mãe

( ) é combinado entre pai e mãe

4- Ao lidar com a questão da autoridade e poder com os filhos no interior da família:

( ) acha fácil a relação por ser flexível

( ) é rígido(a) na relação

5- É importante ser flexível? Sim ( ) Não ( )

Por que? \_\_\_\_\_

6- Você sabe dizer SIM ou NÃO ao seu filho na hora certa diante de um impasse?

Sim ( ) Não ( )

Por que?

---

7- Existe algum diferencial entre a sua geração e a geração do seu filho?

---

Sim ( ) Não ( )

Como explica isso?

---

8- Participa da rotina dos filhos com relação ao convívio e a diversão com os amigos?

Sim ( ) Não ( )

Por que?

---

9- Percebe como negativa ou positiva a influência dos amigos na vida dos filhos?

Positiva ( ) Negativa ( )

Por que?

---

10- Participa da vida escolar dos filhos? Sim ( ) Não ( )

Por que?

---

11- O que acha do papel da escola na formação integral dos filhos?

Fundamental ( ) Tem pouca importância ( ) Precisa ser reestruturado

Por que?

---

12- Como os pais hoje podem trabalhar a questão dos limites com os filhos?

---

13- Visto que as crianças atualmente são incentivadas à idéia do consumo, como trabalha esta questão na relação pais e filhos diante da nova realidade?

---

V- Relação do Estatuto da Criança e do Adolescente com a família:

1-Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA):

( ) Conhece perfeitamente o ECA quanto a discussão do conteúdo

( ) Pouco conhece o ECA e sobre seu conteúdo

( ) Nunca viu falar

( ) Já viu falar, porém não conhece o seu conteúdo?

2-Concorda com os direitos e deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para esta categoria social? Sim( ) Não( )

Por que?

---

3- O Estado deve intervir na relação de poder e autoridade com os filhos no interior das famílias?

Sim( ) Não( )

Por que?

---

4- Os pais devem ser culpabilizados pelo fracasso dos filhos? Sim ( ) Não( )

Por que?

---

VI- Mídia e a família:

1- A influência da mídia contribui para enfraquecer a relação de autoridade e poder dos pais e responsáveis com os pré-adolescentes? Sim ( ) Não( )

Por que? \_\_\_\_\_

2- Na atual conjuntura, o que considera perigo oferecido às famílias brasileiras que acaba dificultando a relação pais e filhos?

\_\_\_\_\_

Possível Solução: \_\_\_\_\_



## ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRÉ-ADOLESCENTE –(08 A 12 ANOS)

### QUESTIONÁRIO

nº \_\_\_\_\_

ENTREVISTADO \_\_\_\_\_

DATA E HORÁRIO DA ENTREVISTA \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_

#### I- Dados do entrevistado

1- Sexo: Masculino( ) Feminino( )

2- Idade: \_\_\_\_\_ Tem irmãos? \_\_\_\_\_

Quantos? \_\_\_\_\_

3- Cor: branca( ) negra( ) parda( ) Outra: \_\_\_\_\_

#### 4- Escolaridade:

( ) 1ºciclo ( ) CA 3ªS( )

( ) 2ºciclo ( ) 1ªS 4ªS( )

( ) 3ºciclo ( ) 2ªS 5ªS( )

Escola onde estuda: \_\_\_\_\_

Particular( ) Pública( )

#### II- Tipo de Moradia:

Casa ( ) Apartamento ( ) outro ( )

Próprio ( ) Alugado ( ) cedido ( )

#### III- Relação intrafamiliar

1- Como você considera a sua relação com os irmãos na família?

Excelente ( )    Boa ( )    Regular ( )    Péssima ( )

E com seus pais?

Excelente ( )    Boa ( )    Regular ( )    Péssima ( )

Por que?

---

2- A criança deve ser responsável por alguma obrigação do lar?

Sim( )    Não( )

3- Quais são os direitos das crianças?

---

4- Você acha que seus pais lhe entendem perfeitamente?    Sim ( )    Não ( )

Por que?

---

5- Se você pudesse mudar alguma coisa em seus pais o que você mudaria?

---

Por que?

---

6- Os seus pais costumam atender as suas vontades sem nenhum problema?

Sim ( )    Não ( )

Por que?

---

7- Na sua casa com quem você mais conversa e confia seus segredos?

Pai ( ☐ ) Mãe ( ☐ ) Irmão ( ☐ ) Irmã ( ☐ ) Não confia em ninguém ( ☐ )

8- Acha que seus pais têm a obrigação de lhe dar tudo o que você pede?

Sim( ☐ ) Não( ☐ )

Por que?

---

9- Seus pais lhe tratam em igualdade com seus irmãos?

Sim ( ☐ ) Não ( ☐ )

Por que?

---

10- O que gostaria que melhorasse no relacionamento entre você e seu pais?

---

11- Qual a atividade que você mais gosta de fazer?

( ☐ ) Estudar

( ☐ ) Brincar

( ☐ ) Trabalhar ajudando aos pais e aos irmãos

( ☐ ) Divertir-se com os amigos

Por que?

---

12- Como você gostaria que fosse o tratamento?

( ☐ ) Avaliando pelo que faz

( ) Avaliando pela idade atribuindo responsabilidades

( ) Outra forma de avaliação

como? \_\_\_\_\_

13- Qual a atividade que você mais gosta de fazer?

( ) Estudar

( ) Brincar com os amigos

( ) Trabalhar ajudando aos pais e aos irmãos

( ) Divertir-se com os amigos

Por que? \_\_\_\_\_

14- Gosta de estudar?

Sim ( ) Não ( )

Por que?

15- Qual a atividade que seus pais mais lhe incentiva fazer? \_\_\_\_\_

16- Que tipo de programa na televisão você gosta e tem costume de assistir?

\_\_\_\_\_

Por que? \_\_\_\_\_

17- Tem amigos que se relacionam com você e gostam dos mesmos programas que você?

Sim ( ) Não ( )

18- O que espera do futuro quando crescer? \_\_\_\_\_

Por que?\_\_\_\_\_

19- Você recebe mesada?

Sim ( )      Não ( )

De quem?\_\_\_\_\_

20- Trabalha em alguma atividade remunerada?

Sim ( )      Não ( )

Em que?\_\_\_\_\_

21-Como você costuma gastar o dinheiro que ganha?

\_\_\_\_\_

08)Profissão	01-ajudante de cozinha 01-funcionária pública	06-professores 01-vendedor
<b>PERFIL DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS ENTREVISTADOS</b>		
01)Sexo	01-bombeiro hidráulico 02-domésticas	Classe Média
09)Renda familiar	01-1 salário mínimo 04-feminino 01-de 2 a 3 salários mínimo 01-masculino 03-de 3 a 5 salários mínimo	03-de 5 a 7 salários mínimo 06-feminino 04-de 7 a 8 salários mínimo 01-masculino
02)Estado Civil	03-casados	05-casados
10)Tipo de moradia	05-possuem casa própria. 01-outros	01-possuem casa própria. 01-solteiro
11)Religião	03- possuem e praticam 02- não possuem	01 –possui e não pratica 04-possuem e praticam 02- não possuem
03)Idade	01- 33 anos 04-de 44 a 46 anos	02 - 42 anos 05-de 32 a 39 anos
12)Importância da religião na educação dos filhos	04- acham importante 01- acha que não influencia	07- acham importante
04)Nº de filhos	02- 2 filhos 01- 6 filhos	04-2 filhos 03- 1 filho
13)Dificuldade em educar os filhos	01- 1 filho 04-sentem dificuldade 01- 4 filhos 01- não sente dificuldade	03- sentem dificuldade 04- não sentem dificuldade
05)Composição familiar	03- pai,mãe e filhos	06-pai, mãe e filhos
14)Concorda com o ECA	04-pai,mãe,filhos e sobrinho 04-concordam 01-mãe e filhos 01-não concorda	01-mãe e filhos 05-concordam 02-não concordam
15)Intervenção do Estado na educação dos filhos	02-concordam 03-não concordam	05- concordam 02- não concordam
06)Quanto ao fracasso dos filhos.	02-concordam em responsabilizar os pais 04-pais 03- não concordam em responsabilizar os pais	06-concordam em responsabilizar os pais 01-não concordam em responsabilizar os pais 04-não concordam em responsabilizar os pais
07)Escolaridade	01-superior completo 01-fundamental completo 03-fundamental incompleto	03- superior completo 02-superior incompleto 02-ensino médio completo

17) Opinião sobre a mídia	03- acham que influencia na educação dos filhos . 02- acham que não influencia	05-acham que influencia 02-acham que não influencia
18) Responsabilidade pela educação dos filhos.	05-acham que deve ser dividida entre os cônjuges.	07-acham que a responsabilidade é dividida entre os cônjuges
19) Situação difícil que envolva a família	01-acha que a decisão final é do pai. 01-acha que a decisão deve ser combinada entre pai /mãe 03-acham que deve envolver toda a família.	05-decisão combinada entre pai e mãe  02-decisão combinada envolvendo toda família
20) Educação dos filhos	05-dizem que são flexíveis	05-dizem que são flexíveis 02-são rígidos
21) Dizer sim ou não para o filho	05-sabem dizer sim e não	07-sabem dizer sim e não
22-Quando contraria o filho	05-têm sentimento de culpa	06- não têm sentimento de culpa. 01 tem sentimento de culpa

23)Diferença da sua geração com a dos filhos.	05-percebem diferença	07-percebem diferença
24)Acompanha a rotina dos filhos	05-acompanham	07- acompanham
25)Influência de amigos na educação dos filhos.	03- acham positiva 02-acham negativa	07- acham positiva
26)Papel da escola na educação dos filhos .	05-acham fundamental	07- acham fundamental
27)Trabalhar os limites com os filhos	05-concordam	07 – concordam
28)Realidade sobre consumo	05- conversam com os filhos	07 conversam
29)Sobre o ECA	01-conhece 01-pouco conhece 03-já ouviram falar,mas não conhecem	05- conhecem 02- pouco conhecem
30) Perigos que ameaçam as famílias	05- acham que é a violência e as drogas	02- excesso de liberdade 05- violência e drogas



31) Possível solução	04 – acreditam nas políticas públicas 01-acredita no exemplo dos pais	04- valorizam a família e a educação. 03- valorizam a educação e o diálogo

**PERFIL DOS PRÉ-ADOLESCENTES ENTREVISTADOS(8-12 ANOS)**

10) Atividades Domésticas	05- Ajudam os pais em atividades domésticas	04- Ajudam os pais em atividades domésticas
1) Sexo	03- Feminino 02- Masculino	03- Masculino 02- Feminino
2) 1) Direito das Crianças	05- Acha que é brincar e estudar 02- 11 anos 02- 12 anos	02- 8 anos que é ficar livre 02- 10 anos que é brincar e estudar 02- 11 anos 01- 12 anos
3) Tem irmãos	02- tem 1 irmão 02- tem 3 irmãos	04- tem 1 irmão 01- tem 4 irmãos
12) Os pais entendem os filhos	04- Acha que entende 01- Acha que não entende	02- não tem irmãos 02- Acha que não entendem
4) Cor	02- negra 02- parda 01- outra	06- branca 01- outra
13) O que mudaria nos pais	05- Mudariam o pensamento 01- 2º ciclo 02- 5ª série 02- 6ª série	01- Mudaria tudo 02- Não mudaria nada 02- 3ª série 01- Atitude da mãe 03- Mudaria o pensamento 01- 6ª série
6) Escola onde estuda	01- Particular 04- Pública	07- Particular
14) Os pais atendem	03- Acha que não atendem	03- Acha que não atendem
7) Tipo de moradia	02- Acha própria atendem	04- Acha própria atendem 02- aluguel
8) Relação com os irmãos	01- Acha excelente 04- Confiam na mãe 01- Confia no irmão 02- Acha regular	03- Acha excelente 03- Confiam no pai 04- Confiam na mãe 02- Não tem irmãos
9) Relação com os pais	01- Acha excelente 04- Acha boa	05- Acha excelente 01- Acha boa 02- Acha regular

16) Obrigação dos pais dar tudo que pede	05- Açam que sim 01- Acha que não	04- Açam que sim 01- Acha que não 02- Não têm irmãos
--	--------------------------------------	--

17) Tratamento em igualdade com os irmãos	04-São tratados igualmente 01- Acha que não	04- São tratados igualmente 01- Acha que não 02- Não tem irmãos
18) Atividade que gosta de fazer	02- Gostam de brincar 03- Gostam de divertir-se	06- Gostam de divertir-se 01- Gosta de estudar
19) O que pensa para o futuro	05- Estudar e adquirir uma profissão	07- Estudar e adquirir uma profissão
20) Sente dificuldade em realizar os estudos	05- Não sentem dificuldade	05- Sentem dificuldade 02- Não sentem dificuldade
21) Incentivação dos pais	05- Estudar	05- Estudar 01- Jogar futebol 01- Jogar tênis
22) Programa de televisão que gosta	02- Gostam programas humorísticos 02- Desenhos 01- Novela	02- Desenhos e novela 01- Comédia 01- Xuxa 03- Esporte e futebol

23-)Tem amigos com quem se relaciona	05- Têm amigos e gostam dos mesmos programas	07- Têm amigos e gostam dos mesmos programas
24) Gosta de acessar a internet	02- Gostam 03- Não gostam	05- Gostam 02- Não gostam

25) Recebe mesada	05- Não recebem	06- Recebem 01- Não recebe
26) Exerce atividade remunerada	05- Não exercem	07- Não exercem
27) Como gasta o dinheiro que ganha	05- Despesa de consumo básico	01- Gasta com despesas básicas 01- Material escolar 02- Lanche 03- Jogos eletrônicos